

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

VLADIMIR DE FRANÇA

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E A EXPERIÊNCIA DO CEFÚRIA NA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA NO PARANÁ

SÃO PAULO

2018

Vladimir de França

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E A
EXPERIÊNCIA DO CEFÚRIA NA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA NO PARANÁ

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Ednalva Felix das Neves

São Paulo

2018

Ficha Catalográfica

FRANÇA, Vladimir de.

A economia solidaria no Brasil e a experiência do CEFÚRIA na região metropolitana de Curitiba no Paraná / Vladimir de França. São Paulo: FLACSO/FPA, 2018.

95 f.:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2018.

Vladimir de França

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO
BRASIL E A EXPERIÊNCIA DO
CEFÚRIA NA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA
NO PARANÁ

Dissertação apresentada ao curso
Maestría Estado, Gobierno y Políticas
Públicas, Faculdade Latino-Americana
de Ciências Sociais, Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Aprovada em

Profª. Dra. Ednalva Felix das Neves
FLACSO Brasil/FPA

Profª. Ms. Ana Luiza Matos de Oliveira
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Rogério Bezerra da Silva
Universidade Estadual de Campinas

Profª. Ms. Anna Carolina Santana da Silva (suplente)
Universidade Federal de São Carlos

AGRADECIMENTOS

À minha Orientadora, Profa. Dra. Ednalva Felix das Neves, pela oportunidade em orientar-me no desenvolvimento deste trabalho.

À minha esposa Márcia Bianchi Costa de França, que compreendeu minhas ausências nesses tempos que, muitas vezes abdiquei sua presença para meus estudos.

Aos meus filhos Aline Tatiane de França, Vladimir de França Junior e Igor Iuri de França, que sempre me incentivaram em continuar o trabalho com dedicação e empenho.

À Instituição Fundação Perseu Abramo, ao corpo docente, à direção e à administração do Programa de Mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas, e a Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – FLACSO, por nos proporcionar os instrumentos necessários para compreender e depois aplicar no mundo prático, os seus ensinamentos nas administrações públicas.

Às Direções Nacional, Estadual do Paraná e Municipal de Curitiba do Partido dos Trabalhadores, por proporcionar esta formação profissional, cada vez mais, a militância avança na formação das políticas públicas, assim melhora a qualidade dos trabalhos na base das administrações públicas, municipais, estaduais e nacional.

Também aos empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e as coordenações públicas do Programa Governamental Paranaense de Economia Solidária, que proporcionou várias ações para que este estudo fosse consolidado.

Parecia-nos

Que à baía do comunismo só

As ondas do acaso nos levaria rodopiando.

Marx desvendou as leis da história, pôs o proletários ao leme.

Os livros de Marx não são meras provas de composição,

Não são secas colunas de números.

Marx pôs o operário de pé e conduziu-o em colunas

Mais harmoniosas que números....

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES UNI-VOS....

Maiakovski

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Economia solidária no Estado do Paraná	68
FIGURA 2: Conselhos municipais tripartite	78
FIGURA 3: Fóruns regionais em ES	78
FIGURA 4: Conselhos regionais e fóruns regionais em ES	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....	14
1.2 OBJETIVOS	17
1.2.1 Objetivo geral.....	17
1.2.2 Objetivos específicos	17
1.3 METODOLOGIA	18
1.4 MINHA EXPERIÊNCIA COM O CEFÚRIA	19
2. ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS IES NO BRASIL	20
2.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM RESPOSTA À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL	20
2.2 TEORIA DA ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA.....	33
3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	39
3.1 SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES)	39
3.2 PLANO BRASIL SEM MISÉRIA (PBSM)	41
3.3 SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E PRONAF	43
4. CENTRO DE FORMAÇÃO IRMÃ ARAÚJO (CEFÚRIA)	49
4.1 HISTÓRICO	49
4.2 O PAPEL DO TRABALHO POPULAR NO EMPODERAMENTO DOS TRABALHADORES	57
4.3 PADARIAS COMUNITÁRIAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBA-PR.....	61
5. RELATANDO A ECOSOL NO PARANÁ	66
5.1 PRESENÇA DO GOVERNO DO PARANÁ NA ECOSOL.....	66
6. PROPOSTA DE UM MODELO	76
6.1 COMO E PORQUE NASCEU A PROPOSTA-MODELO	76
6.2 A PROPOSTA-MODELO.....	76
6.3 O MODELO PROPOSTO	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	85

RESUMO

No Brasil e no mundo estudos e pesquisas sobre economia solidária avançam e tornam-se alvo de estudiosos na busca de alternativas para que todas as pessoas tenham uma vida digna, não sendo diferente para pessoas carentes e com maior vulnerabilidade social, uma vez que a crise política, social e econômica persiste há décadas. Os programas públicos de fomento e custeio financeiro às atividades de iniciativa privada familiar são alternativas eficazes oriundas do governo para empoderar as classes menos favorecidas, fortalecer grupos e comunidades vulneráveis. No seu objetivo geral procura avaliar a experiência do CEFÚRIA na criação de padarias comunitárias e sua influência empoderamento de comunidades e grupos economicamente desfavorecidos, no ramo de panificadoras em Curitiba, Estado do Paraná, Brasil. Como objetivos específicos pesquisa o surgimento da atividade cooperada no mundo, como se introduziu no Brasil, relaciona os fatores de produção capital, terra e trabalho com a reforma marxista; analisa a transição entre cooperativismo, autogestão e a economia social no Brasil, verifica qual é o papel das políticas públicas para empreendimentos econômicos em economia social no segmento alimentício, levanta os principais resultados dos programas de ajuda às classes empobrecidas como SENAES e outros, analisa a experiência do CEFÚRIA na criação de panificadoras e como ajudou a reduzir a segregação de classes no município de Curitiba-PR, estimula a organização e a participação comunitária através de políticas públicas em economia solidária entre a associação de moradores e bairros, por fim, apresenta um modelo de autogestão destinado à economia solidária no município de Curitiba, no segmento de alimentos -- com ênfase às panificadoras. Utilizou-se o estudo de revisão bibliográfica, em conjunto com a pesquisa quali-quantitativa, em busca dos empreendimentos de economia solidária no Estado do Paraná, Brasil, utilizando a pesquisa em plataformas virtuais e busca da legislação que rege os programas de incentivo, artigos, teses, dissertações e obras físicas, para atender os objetivos inicialmente traçados. Os resultados mostraram que a economia solidária é coadjuvante no empoderamento das classes menos favorecidas no Brasil, especialmente, no município de Curitiba, similar ou superior a outros programas que visem atender demandas específicas de pessoas em desnível social.

Palavras chave: Economia solidária. CEFÚRIA. Setor alimentício.

ABSTRACT

In Brazil and in the world, studies and research on solidarity economy are advancing and becoming a target for scholars in the search for alternatives so that all people have a dignified life, not being different for people in need and with greater social vulnerability, since the crisis political, social and economic persists for decades. Public programs to promote and finance private family-run activities are effective alternatives from the government to empower the underprivileged, strengthen vulnerable groups and communities. In its general objective, it seeks to evaluate CEFÚRIA'S experience in the creation of community bakeries and its influence in empowering communities and economically disadvantaged groups in the bakery sector in Curitiba, State of Paraná, Brazil. As specific objectives research the emergence of cooperative activity in the world, as introduced in Brazil, relates the factors of production capital, land and labor with Marxist reform; analyzes the transition between cooperativism, self-management and the social economy in Brazil, examines the role of public policies for economic enterprises in the social economy in the food segment, raises the main results of the aid programs to impoverished classes such as SENAES e CEFÚRIA'S experience in the creation of bakeries and how it has helped to reduce class segregation in the city of Curitiba-PR, stimulates community organization and participation through public policies in solidarity economy between the association of residents and neighborhoods; self-management model for solidary economy in the city of Curitiba, in the food segment -- with emphasis on bakeries. The bibliographic review study, together with the qualitative-quantitative research, was use to search for solidarity economy projects in the State of Paraná, Brazil, using research on virtual platforms and searching for legislation that governs incentive programs, articles, theses, dissertations and physical works, to meet the objectives initially set. The results showed that the solidarity economy is a supporting in the empowerment of the less favored classes in Brazil, especially in the city of Curitiba, similar to or superior to other programs that aim to meet the specific demands of people in a social gap.

Keywords: Solidary economy. CEFÚRIA. Food sector.

INTRODUÇÃO

Embora constatado que as experiências em economia solidária (ES) no Brasil há muito tempo, somente a partir do início da década de 1980 é que essas iniciativas tomaram corpo e volume, ampliadas em um contexto marcado pela crise e desemprego, que afetou o país nas últimas décadas do século XX. E assim surgiram iniciativas de cooperativismo criadas pelas populações pobres e socialmente excluídas do mercado de trabalho em ambientes urbanos e rurais.

Os primeiros registros das primeiras iniciativas da ES ocorreram com o Fórum Social Mundial, no fim da década de 1990, para construir políticas públicas internas que gradativamente foram sendo implementadas pelo governo federal, a partir de 2003, sob a gestão e organização da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (FREITAS, 2012).

Essas iniciativas buscaram como fonte colaborativa as entidades eclesiais de base e a Cáritas foi a principal delas, desenvolvendo projetos alternativos comunitários realizados especialmente em áreas urbanas. E nas zonas rurais e em assentamentos constituiu-se a partir de 1992 forte organização associativa de pequenos produtores.

O fenômeno manteve à frente a Cáritas, uma entidade pertencente à Igreja Católica e sua finalidade é socorrer as vítimas de crises por meio de projetos alternativos comunitários. Dessa forma, organizar aos desempregados na forma de entidades associativas de trabalhadores, para produzir bens e serviços de primeira necessidade, comercializados ou trocados, permitiu atender as demandas mais urgentes na época. E dessa iniciativa surgem milhares de novas associações similares no país, seja no meio rural ou urbano, sem que fossem percebidas pela opinião pública em um primeiro momento (TRIGO, 2007).

Em meio ao contexto, as universidades, sindicatos, entidades religiosas e pesquisadores de segmentos diversos passaram a perceber mecanismos eficientes para socorrer pessoas necessitadas, reunindo esforços conjuntos com a Cáritas para instituir interações econômicas que passaram a ser reconhecidas como instituições de economia solidária (IES).

Os primeiros empreendimentos de economia solidária (EES) surgiram na primeira década do século XX, sob a forma de organizações de economia popular e coletiva, em comunidades tradicionais. Porém, formar pessoas para atuar em um novo mercado de trabalho inclui a retenção de conhecimentos, pelo trabalhador, sobre o mercado e sobre o manejo das atividades de reprodução e economia popular, alçando a ES posição relevante na história laboral (FREITAS, 2012).

Em 2003, o Congresso Nacional aprova o Projeto de Lei e junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) cria a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), reconhecendo no Estado brasileiro um processo de transformação social em curso, provocado pela crise econômica, que repercutiu no trabalho que assolou a nação desde os anos 1980 (SINGER, 2004).

A desindustrialização maciça gera a perda de milhões de postos de trabalho no Brasil, adicionado à abertura de mercado aumenta a competição global, resultando no desassalariamento em massa e conseqüente desemprego de longa duração, culminando na precarização das relações de trabalho e afetamento de grande número de países. Como defesa contra a exclusão social e a queda na indigência, as vítimas da crise buscam sua inserção na produção social através de variadas formas de trabalho autônomo, individuais e coletivas. Quando coletivas, elas optam, quase sempre, pela autogestão, ou seja, pela administração participativa, democrática, dos empreendimentos. São estes os que constituem a economia solidária (SINGER, 2004).

Em meio ao crescimento vultoso do Programa de ES a SENAES cria o Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES). Entre 2005-2007 faz o primeiro mapeamento da ES no Brasil, orientando as políticas públicas de combate à pobreza e desemprego (FREITAS, 2012).

Em 2007, quando ao final da primeira década do século XXI, o Projeto de Lei n. 17/2007 decreta a instituição da Política Estadual de Fomento à Economia Popular no Estado do Paraná (PEFEPS), conforme dispõe os artigos 1º, 2º. e 3º.:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Fomento à Economia Popular no Estado do Paraná - PEFEPS, que tem por diretriz a promoção da Economia Popular Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas, de forma a integrá-los no mercado e a tornar suas atividades autosustentáveis, por meio de programas, projetos, parcerias com a iniciativa privada, convênios e outras formas admitidas em lei.

Art. 2º A Economia Popular Solidária, constitui-se de iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviços, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.

Art. 3º A Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária tem os seguintes objetivos:

I - gerar trabalho e renda;

II - apoiar a organização e o registro de empreendimentos da Economia Popular Solidária;

III - apoiar a introdução de novos produtos, processos e serviços no mercado;

IV - promover a agregação de conhecimento e a incorporação de tecnologias nos empreendimentos da Economia Popular Solidária;

V - reduzir a vulnerabilidade e prevenir a falência dos empreendimentos;

VI - consolidar os empreendimentos que tenham potencial de crescimento;

VII - proporcionar a associação entre pesquisadores, parceiros e empreendimentos;

VIII - estimular a produção intelectual sobre o tema, como estudos, pesquisas, publicações e material didático de apoio aos empreendimentos da Economia Popular Solidária;

XI - criar e consolidar uma cultura empreendedora, baseada nos valores da Economia Popular Solidária;

X - educar, formar e capacitar tecnicamente as trabalhadoras e os trabalhadores dos empreendimentos da Economia Popular Solidária;

XI - integrar os empreendimentos no mercado e tornar suas atividades autosustentáveis;

XII - articular Municípios, Estados e União, visando uniformizar e articular a legislação;

XIII - constituir e manter atualizado um banco de dados, com o cadastro dos empreendimentos de Economia Popular Solidária que cumpram os requisitos desta lei (PARANÁ, 2007).

A partir das políticas estaduais de fomento à economia popular e economia solidária o governo do Estado do Paraná cria entidades de fomento às IES, que passam a contribuir para a difusão de entidades ligadas à ES na região, reintegrando uma diversidade de desempregados por meio da ação conjunta entre empreendimentos autogestionários (SINGER, 2004).

O Programa de Fomento à Economia Solidária prevê uma série de ações de fomento e apoio aos novos EES, consolidando os já existentes, fomentando cadeias e arranjos produtivos solidários, redes de ações, demais formas de integração e cooperação social e atividades ligadas ao fomento da ES, destinados à população trabalhadora (SINGER, 2004).

Mediante o envolvimento de vários Estados brasileiros na ES, para levantar o andamento do Programa de Fomento à Economia Popular no Brasil, um segundo mapeamento foi realizado entre os anos de 2009-2013, a partir de um levantamento

amostral do público-alvo que compunha o fenômeno da economia nacional (FREITAS, 2012).

1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

O Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo – CEFÚRIA, organização sem fins lucrativos, tem como proposta fortalecer a organização popular, compreender as lutas dos povos excluídos para que desenvolvam melhores condições de vida.

A irmã Araújo dedicou sua vida em organizar meios de proteção e ajuda às pessoas mais pobres da região sul de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil, após debatido o assunto com lideranças comunitárias, agentes pastorais, militantes políticos e sociais da região fundou-se o CEFURIA, em 1981, mediante Assembleia (CEFURIA, 2017).

Em meio às necessidades surge a oportunidade política em contribuir para articular os movimentos sociais organizados no pós-ditadura militar, em um momento em que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), inspiradas na Teologia da Libertação passaram a contribuir para fortalecer as pessoas necessitadas por meio da reorganização, pela via da educação popular (CEFURIA, 2017).

Ao compreender as suas lutas, a sua história e o seu país será possível entender o funcionamento social, chegar às causas que motivaram o aparecimento de diferentes classes sociais no país, os porquês dessa divisão entre ricos e pobres, seus valores, direitos e princípios de cidadania cultuados. Ao situar o pesquisador no contexto permite que visualize o posicionamento dessas classes, os seus fracassos, embaraços, mazelas, dores e tristezas vividas em seus contextos e cotidiano.

As políticas públicas destinadas ao segmento da ES no Estado do Paraná e às IES contemplam a distribuição de recursos financeiros para fomentar um público-alvo definido e que depende dos recursos do governo para fomentar as atividades, que sejam difundidas e diante do contingente de pessoas desempregadas que sofrem com a segregação de classes. A ajuda econômica permite produzir e comercializar produtos do gênero alimentício, resultando em maior número de empregos, renda e uma sobrevivência digna para um grande número de pessoas.

Entre os produtos desenvolvidos pelas IES incluem os alimentos, com maior procura, incluindo pães, bolos, doces e similares por serem fáceis de serem produzidos e por haver um maior consumo, estando na linha de frente as mulheres como trabalhadoras, por serem, em grande parte, chefes de famílias e terem um melhor manejo nas atividades desenvolvidas e por necessitar criar seus filhos.

A criação da ES surgiu com base as necessidades de comunidades carentes e no desemprego frente à crise que havia, porém, se transforma em um movimento social alimentado por princípios e conceitos próprios. É marcada por valores diferentes do sistema capitalista, que visa unicamente o lucro e seus excedentes são retidos junto aos empresários, sem que haja uma distribuição justa e igualitária.

A ES é uma atividade resultante de ações coletivas e da gestão democrática entre os meios de produção, distribuição, comercialização e administração dos recursos e créditos gerados conjuntamente, através da autogestão dos fatores de produção e das economias geradas.

A iniciativa se subordina às necessidades socioeconômicas dos trabalhadores solidários, na tentativa de aproximar os setores estatal e privado da economia, através de Fóruns locais de desenvolvimento econômico, social e da inserção comprometida com a realidade permitindo um desenvolvimento mais pleno em nível local, regional, territorial, além de sustentável e solidário (FREITAS, 2012).

O desenvolvimento da ES organiza os fatores de produção: capital, terra e trabalho e os transforma em atividades que beneficiem uma coletividade de pessoas, sendo mais comum o artesanato, reciclagem de resíduos reutilizáveis, cooperativismo social e alimentos, que passou a ser reconhecida no Brasil reduzindo elevados índices de desemprego.

De acordo com os dados do SIES, existe maior quantidade de homens nas experiências vivenciadas pela ES no Brasil, segundo o último levantamento, 56% do total de indivíduos analisados eram homens e somente 44% eram mulheres.

No Brasil e em outros lugares do mundo ainda vigora a cultura laboral de que os candidatos ao trabalho que se encontrem na faixa etária de 40 anos ou mais, são profissionais “ultrapassados” para trabalhar em empresas dos segmentos da indústria, comércio e prestação de serviços, gerando um tipo de violência social – pelo não direito ao emprego, conseqüentemente, na ausência de salário e renda. A violência social resultante do descarte laboral e traz como conseqüência a desagregação individual, familiar e social, desencadeando em violência

generalizada, provocando revolta aos jovens, mulheres, homens, pessoas de meia idade e idosos, que embora apresentem destreza, habilidades e desenvoltura ao trabalho são rapidamente descartados, especialmente, as classes mais afetadas pela crise política e econômica que vige há décadas no país.

O cooperativismo reúne empreendimentos formados por grupos de pessoas em desvantagem econômica e social, em comparação aos demais pares, devido às condições físicas, econômicas, sociais e outras situações específicas, por isso, a ES visa promover a inclusão desses sujeitos no mundo do trabalho e renda. Nesse cenário, as políticas públicas destinadas ao fomento da ES são fundamentais ao desenvolvimento desses empreendimentos e também dos grupos de trabalho, tendo o Estado como coadjuvante no fomento econômico-financeiro, na autogestão e administração dos empreendimentos.

Segundo Silva e Nagem (2011), no Brasil, a composição da ES conta com os EES envolvendo cooperativas, associações, bancos comunitários, empresas recuperadas e outros, mas existem organizações diversas que atuam no fomento e apoio desses empreendimentos, como a Rede Nacional de Gestores Públicos em ES, que funciona como gestora pública organizada em rede.

A crise social, econômica e política tornou-se um fato emblemático, não somente em alguns Estados brasileiros, afetando, inclusive, o Estado do Paraná, um fato nada recente, de outrora, remonta às décadas, seja motivada na cultura de um povo, nos hábitos cultuados em sua trajetória de vida e formação ausência de cidadã e de uma educação pautada na qualidade, em princípios e valores altruístas, na crise moral e ética que se alastra e assola o país, sem um socorro urgente.

Todos esses fatores, acrescidos de outros de igual peso, exigiram uma tomada de consciência por parte de educadores, cientistas, autoridades políticas, religiosas, da saúde e segurança pública, entre outras que, uma vez conscientes da crise enfrentada no país, passam a discutir nova saída para as classes menos favorecidas enfrentarem sua própria exclusão social, quando não, vivem à margem da linha da pobreza.

É nesse contexto que surge a ES, em resposta aos problemas e mazelas sociais, em decorrência da crise enfrentada, a irmã Araújo, com um coração solidário e sensível, inspirada, abraça a causa em favor dessas classes, de uma formação profissional, na geração de renda e trabalho, como fonte de sobrevivência e subsistência, culminando, inclusive, nas padarias comunitárias.

O Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFÚRIA) caracteriza-se com uma organização sem fins lucrativos, seu foco é fortalecer a organização popular, compreender as lutas dos povos excluídos e desenvolver novas formulas e melhores condições de vida.

A irmã Araújo dedicou sua vida em organizar meios de proteção e ajuda às pessoas mais pobres da região sul de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil, após debatido o assunto com lideranças comunitárias, agentes pastorais, militantes políticos e sociais da região fundou-se o CEFURIA, em 1981, mediante Assembleia (CEFURIA, 2017).

Em meio às necessidades surgiu a oportunidade política em contribuir para articular movimentos sociais organizados no pós-ditadura militar, em um momento em que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), inspiradas na Teologia da Libertação passaram a contribuir para fortalecer pessoas necessitadas por meio da reorganização através da educação popular (CEFURIA, 2017).

E ao compreender suas lutas, sua história e seu país, permitiu entender o funcionamento social e as causas que motivaram o surgimento de diferentes classes no país, os porquês da divisão de classes entre ricos e pobres, seus valores, direitos e os princípios de cidadania, pois ao situar o pesquisador, permite visualizar a posição dessas classes sociais em seus respectivos contextos.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Avaliar a experiência do CEFURIA no acompanhamento e assessoria aos EES no Estado do Paraná.

1.2.2 Objetivos específicos

Desenvolver uma discussão sobre a ES;

Abordar a questão das políticas públicas em ES;

Discutir a experiência do CEFURIA na atuação dos EES no Estado do Paraná, Brasil.

1.3 METODOLOGIA

A pesquisa utilizou como método o estudo de revisão bibliográfica, com a análise de pesquisas incluindo a legislação relacionada a ES e aos EES no Brasil, no Estado do Paraná e em Curitiba, capital de mesmo Estado, bem como pesquisas diretas realizadas em sites do CEFÚRIA, a pesquisa em trabalhos que versaram sobre entrevistas formais/informais, de indivíduos e uma coletividade de associados a ES e ao CEFÚRIA, gestores e demais líderes, bem como autoridades que estão na linha de frente desse campo.

A pesquisa avaliou a relevância do CEFÚRIA na experiência de criar padarias comunitárias em Curitiba, capital do Estado do Paraná, Brasil, utilizando como técnica acurada pesquisa para levantar dados em estudos científicos, incluindo artigos, dissertações e teses que versavam sobre os programas de atendimento destinados ao setor alimentício, como a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDSCF), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Plano Brasil Sem Miséria (BSM), entre outros. As plataformas físicas e virtuais, incluindo o Scielo, Googlescolar, e outros favoreceram a busca documental envolvendo jornais, revistas, dados estatísticos de época, que foram coletados diretamente em páginas institucionais e nos sites da Internet.

O estudo contemplou dissertações, teses, folhetos, panfletos e revistas que contribuíssem para entender a relevância da atividade desenvolvida pelo CEFÚRIA no Estado do Paraná, na atualidade, sendo esse o ponto-alvo da pesquisa.

1.4 MINHA EXPERIÊNCIA COM O CEFÚRIA

Ao participar da experiência prática no CEFÚRIA, cujo autor dessa pesquisa atua no segmento de gestão e administração das panificadoras comunitárias em EES, no município de Curitiba e Região Metropolitana do Estado do Paraná, enquanto pesquisador, passei acompanhar os processos de produção, distribuição e venda de produtos alimentícios, incluindo pães, bolos e bolachas comercializados na própria comunidade onde localiza-se o empreendimento (panificadora), ocorrendo, geralmente, às segundas feiras acompanha o cronograma de produção e distribuição dos produtos para comercialização na comunidade.

Ao analisar o desenvolvimento e desempenho dos grupos associados aos EES, que deles são afiliados e deles também dependem, verificou-se que muitos trabalhadores exerciam funções diversas, como a de diarista e catadores de materiais recicláveis, entre outros, mas concomitantemente exerciam suas funções junto aos EES, impactando na produção de grandes quantidades semanais projetadas, conforme requisita-se a demanda semanal.

Verificou-se que em relação às funções cumulativas, a sobrecarga gerava outros impactos na vida das pessoas que necessitavam de trabalho e a formação de renda, levando o pesquisador a perceber que deveria contribuir para solucionar o problema.

Nesse impasse, ao distribuir as cotas financeiras nos EES, pela tesoureira responsável pelos pagamentos da unidade de EES e por distribuir as cotas, acabava gerando problemas que muitas vezes eram questionáveis, uma vez que o associado se comprometia com as atividades da unidade, mas ao mesmo tempo faltava ao trabalho em dias e horários designados, sendo contratado por terceiros, impactando na viabilidade de produzir o *quantum* projetado na unidade EES que havia se comprometido socialmente.

Diante do exposto, verificou-se a necessidade de que houve uma melhor formação aos associados, no que tange à solidariedade, cooperação e autogestão do negócio próprio, conduzindo o pesquisador desenvolver o tema políticas públicas de ES, para poder relatar a valiosa experiência do CEFÚRIA no Estado do Paraná, Brasil.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS IES NO BRASIL

Neste capítulo, analisaremos a importância da reforma dos movimentos políticos e de classes no Brasil, com vistas ao surgimento da ES, com base na Teoria da organização cooperativa, levanta-se os segmentos de atuação do sistema cooperativista, transição pela qual passou o cooperativismo social, sistemas de autogestão em resposta às desigualdades sociais, com vistas à segregação e à desagregação de classe.

2.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM RESPOSTA À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

O termo Economia Solidária (ES) remete às definições, concepções e práticas que se fundamentam na colaboração solidária, inspirada em valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade principal na atividade econômica. O seu diferencial é criar e viver princípios ambientalmente sustentáveis e socialmente justos, em detrimento ao lucro e ao acúmulo do capital privado (PPES/2007). Segundo o Plano Nacional de ES (2015-2019), a expressão ES remete-se ao:

[...] conjunto de atividades econômicas – produção de bens e de serviços, distribuição, consumo e finanças – organizados e realizados solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras na forma coletiva e autogestionária. A Economia Solidária possui as seguintes características: Autogestão: Cooperação, Dimensão Econômica e Solidariedade (PLANO NACIONAL DE ES, 2018).

O desemprego é fruto da crise econômica e social vivenciada desde os anos 1980, da precarização do trabalho, das políticas neoliberais formuladas na década de 1990, servindo de fomento para surgir e crescer iniciativas de Economia Solidária no Brasil (SINGER, 2009).

Oportunidade para recuperar as empresas, criar sistemas de cooperativas em assentamentos de reforma agrária e cooperativas populares nas periferias metropolitanas, com a ajuda de incubadoras universitárias e de Projetos Alternativos Comunitários (PACs) semeados pela Cáritas nos bolsões de pobreza ao redor do

país, fruto da desindustrialização e desemprego, na transição entre ditadura e democracia. Estas iniciativas surgiram a partir da mobilização de entidades como: igrejas, sindicatos e universidades, que buscavam respostas ao combate à fome e à miséria (SINGER, 2009).

E o mesmo tempo, no seio do Partido dos Trabalhadores (PT) amadurecia a consciência sobre a necessidade de respostas efetivas à ofensiva neoliberal, que parecia varrer do horizonte qualquer alternativa progressista com a pretensão de volta ao capitalismo selvagem que abarcava o mundo (SINGER, 2009).

Nesse cenário, uma política importante na ES foi o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), originada a partir de experiências positivas obtidas com a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), criada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em meados da década de 1990, no governo de FHC (SINGER, 2009).

O PRONINC foi criado em 1998 pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), pelo Banco do Brasil, pela Fundação Banco do Brasil e pelo Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional (COEPE), para ofertar ajuda financeira para mais de cinco universidades criarem o ITCPs. No entanto, outras universidades se interessaram e outras unidades surgiram, porém, o PRONINC não forneceu apoio por falta de fundos, levando o PRONINC praticamente encerrar suas atividades e limitar sua ajuda as cinco ITCPs originais somente (SINGER, 2009).

O PRONINC funcionou quase cinco anos ampliando seu quadro de parceiros com a entrada dos Ministérios do Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Justiça, Turismo, Pesca, Ciência e Tecnologia (FINEP) e Trabalho e Emprego (SENAES). Tal ampliação explica-se devido à importância que tanto as ITCPs como a ES ganharam por meio das políticas sociais do governo federal, uma oportunidade para que os ITCPs crescessem em números (SINGER, 2009).

Este foi um importante trabalho empreendedor entre professores e alunos para incubar com recursos pessoas pobres associadas com um conjunto fontes de trabalho e renda, seguindo os princípios da própria ES. Nesse viés, a primeira incubadora trabalhou com moradores de favelas do Rio de Janeiro, capital de mesmo Estado, obtendo êxito ao fundar cooperativas para fortalecer as comunidades e melhorar o ganho dos sócios.

Em 2003, ao ressurgir o PRONINC já havia mais de 20 incubadoras e o Programa mostrou-se disposto apoiar ITCPs com projetos salutares. E sua

ampliação aumentou o número de universidades interessadas em criar ITCPs próprias. Em 2009 não ultrapassava a 80, importantes no fortalecimento de atividades ligadas à cultura e a extensão das universidades, assim, o Fórum de Pró-reitores da Cultura e Extensão passa integrar o Comitê Gestor do PRONINC (SINGER, 2009).

O êxito das ITCPs permitiu integrar a ES em extensão, no ensino e pesquisa universitária. É notável o volume em números de unidade e a qualidade dos estudos de mestrado e doutorado que tenha por objeto de pesquisa a ES. No entanto, outras políticas de fomento da SENAES, segundo Singer (2009, p. 22-24) são fontes de:

- Apoio e acompanhamento de empresas recuperadas mediante convênio com a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG) e com a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL-Brasil), às quais agrupam grande número de empresas e tem se organizado há algum tempo acumulando conhecimento e perícia com a questão;
- Apoio às redes e cadeias produtivas formadas pelas EES essenciais à sobrevivência e progresso de empreendimentos dessa natureza, na maioria os EES são pequenos empreendimentos, carentes de capital, capacitação empresarial e tecnológica, com poucas chances em desenvolver-se, porém, sua união em rede fortalece e facilita a superação das deficiências;
- Apoio às atividades comerciais dos EESs, em geral, apresentam dificuldade em acessar mercados aos seus produtos. A SENAES apoia com recursos, feiras locais, regionais, nacionais e internacionais de ES realizadas no Brasil. A SENAES atua em conjunto com entidades da sociedade civil na luta pelo Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS);
- Apoio às finanças solidárias, em atendimento aos produtores de baixa renda com a oferta do microcrédito, prioriza a difusão de bancos comunitários e a emissão de moeda social como microcrédito na promoção do desenvolvimento local;
- Apoio, mediante acordo com o Banco do Nordeste (BNB) fundos rotativos solidários que recolham poupanças e ofereçam créditos para microempreendedores comunitários de regiões mais pobres do

semiárido e demais áreas do Nordeste. No apoio ao microcrédito em geral atua em parceria com o BNDES e com a Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares (ABCRED) para ampliar a oferta do microcrédito com recursos oriundo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e parte dos depósitos à vista em bancos comerciais. A SENAES é parceira do Banco Central do Brasil e facilita e agiliza a formação de cooperativas de crédito e regularização crescente no uso de moedas sociais por comunidades carentes;

- Criação de Centros Públicos de ES para difusão da ES em aglomerações urbanas, na modalidade de parcerias entre a SENAES pelo governo federal, estadual e municipal, assegura espaços públicos para que sejam realizados cursos, seminários, reuniões, espetáculos artísticos e exposição de artigos comercializados pelas EES. Esses centros funcionam como endereço comum à ES onde os interessados poderão receber orientação em como aprender sobre a ES e a integrar-se a uma delas no Brasil.

O modelo de produção, comercialização, finanças e consumo da ES, privilegia os conceitos da autogestão, cooperação, solidariedade, desenvolvimento comunitário, satisfação das necessidades humanas, justiça social, igualdade de gênero, segurança alimentar, cuidado com o meio ambiente e responsabilidade solidária perante as gerações presentes e futuras, consolidando-se em nova forma de inclusão social por meio do trabalho cooperado (PPES/2007).

Os princípios da ES se fundamentam no modo de organizar a produção, sua distribuição e consumo, promovendo a igualdade de direitos entre os participantes e os EES. Dessa forma, os meios de produção desse gênero, bens e serviços produzidos passam ser de controle e propriedade coletiva dos participantes. As associações, cooperativas e grupos informais de pequenos produtores ou prestadores de serviços individuais e familiares, que trabalham em separado, realizam a compra de insumos em comum, processando e vendendo os seus produtos (PPES/2007).

No Brasil, a ES surgiu em meio aos projetos alternativos comunitários, mais conhecidos por PAC (Plano de Aceleração e Crescimento), às iniciativas realizadas pela Caritas, entidade da Igreja Católica que permite sua aplicação em regiões

semiáridas no nordeste do Brasil, seguido por experiências praticadas por organizações populares como: Banco de Palmas, que se localiza na periferia de Fortaleza, Estado do Ceará, experimentando novas formas de organização e circulação da riqueza no país, responsável por criar as moedas sociais-palmas (PPES/2007).

Nas regiões industrializadas surgiram experiências de ocupações de fabricas em estágios pré-falimentares, em que os seus trabalhadores retornaram para os espaços produtivos e neles assumiram a direção do negócio, na modalidade de empresa autogestionária (PPES/2007).

Nesse contexto, mais fundamentalmente aplica-se o projeto em empresa do segmento de calçados, na região de Franca e na região do ABC paulista (da UNIFORJA). Desse movimento surgiram a ANTEAG e a ADS/CUT, sendo ambas as organizações destinadas a apoiar e assessorar os empreendimentos recuperados, porém, nascidas no seio das lutas e movimentos sociais (PPES/2007).

No segmento universitário passaram a surgir importantes iniciativas, como a Rede Interuniversitária (UNITRABALHO) e a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), mobilizando-se ambas em um projeto de extensão universitária, comprometida em transferir os saberes científicos e se insere nas universidades (PPES/2007).

No Estado do Paraná, por exemplo, existe a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), da Universidade Federal do Paraná, estimulada pelo Programa Estadual de Economia Solidária, responsável por consolidar a Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL), da Universidade Federal de Ponta Grossa. Em sentido similar, nas demais universidades estaduais existem incubadoras de empreendimentos solidários da UNITRABALHO, nas Universidades de Maringá e Londrina, a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INTES), todas dignas de elogios às experiências de fomento à ES (PPES/2007).

É importante justificar a relevância de existir esta incubadora no Paraná, já que o Estado conta com uma diversidade de experiências próximas desse modelo econômico-produtivo, como no caso das cooperativas dos assentamentos do Movimento Sem Terras (MST), mas também as extensas experiências produtivas cooperadas na região sudoeste, por exemplo, (PPES/2007).

Nos espaços urbanos muitas empresas são recuperadas pelos próprios trabalhadores, no segmento da madeira, por exemplo, especialmente, na região de

Guarapuava, mas também na fabricação de botões (COOPERBOTÕES), empresa localizada no município de Curitiba. Contudo, a atuação das ONGs é destaque na articulação em rede do comércio resultante da produção de pequenos produtores rurais, com ênfase na região Sul, de mesmo Estado. Na região de Curitiba tem-se ainda o Instituto de Filosofia da Libertação (IFIL), o Centro Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) e mais recentemente, a Agência de Desenvolvimento Solidário, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com abrangência regional (PPES/2007).

A ES, frente à crise de emprego e renda, agrega em seus princípios outros objetivos como meio de resgate, através de práticas estratégicas comunitárias e da cultura popular, recriando relacionamentos sociais mais sustentáveis em todas as suas dimensões do convívio humano, promovendo a geração de trabalho e renda.

A reinvenção dessas práticas resgata certos valores que acaba incitando a cultura do movimento operário, com base nos princípios da solidariedade, autogestão, autonomia e mutualismo. E por assim dizer, a iniciativa da ES guarda em comum a igualdade de direitos e oportunidades, para que todos seus membros participem do empreendimento econômico solidário, o que implica no modelo de autogestão, por meio da participação democrática com o exercício de poder igualitário pelos seus envolvidos, nas decisões. Esse modelo remete à superação das contradições entre capital e trabalho, exaustivamente abordadas por Karl Marx (PPES/2007).

Segundo Simão (2011), a autonomia se constitui em uma necessidade para autogerir-se. Nesse viés, em sociedades capitalistas o trabalho representa uma fonte de satisfação dessas necessidades, para conservação da vida, pela possibilidade de autorealizar no ambiente social em que estiver inserido. No entanto, sem o trabalho é inviável produzir bens, mas através dele se conquista a autonomia mediante os instrumentos necessários para transformar a natureza. Em contrapartida, segundo Marx (1989), o trabalho é a essência humana e somente o será aquele que possibilite criar e se torne um possibilitador de objetivação, pois por meio de sua criação o verá como fonte de realização.

Doyal et al. (2002) fala de uma espécie de autonomia apoiada em precondições societárias, devendo se fazer presente em todas as culturas, sem manifestar-se o individualismo e o subjetivismo, mas que se manifeste a democracia como um espaço de participação crítica. E complementa Simão (2011, p. 23): “ser

autônomo [...] consiste em possuir capacidade para eleger opções informadas sobre o que se tem que fazer e leva-lo a cabo”.

Pereira (2002, p. 60), mencionado por SIMÃO (2011, p. 23) conceitua a expressão autonomia básica como: “a capacidade do indivíduo eleger seus objetivos e crenças, valorizá-las com discernimento e pô-las em prática, sem opressão”. No entanto, segundo o mesmo autor: “o exercício da autonomia supõe a noção de autosuficiência do indivíduo perante as instituições coletivas”.

A globalidade das informações sobre esse tipo de empreendimento é democraticamente tratada entre seus membros, nos espaços comuns de discussão. Na medida em que se organizam e se integram à ES cedem espaços para surgir sociedades sem classes, formando um modelo de desenvolvimento excludente. Dessa forma, os empreendimentos solidários se instalam e passam a beneficiar seus membros, criando novos empreendimentos (PPES/2007).

Em um cenário como esse a ES revela sua forma dinâmica de enfrentar a pobreza e reduzir as desigualdades regionais, passando a consolidar-se em um sistema econômico altamente diferenciado e revigorante. Vê-se assim que o desenvolvimento local sustentável e solidário requer a democratização da ampliação e acesso aos programas e projetos, fato que poderá contribuir de maneira significativa para criar e fortalecer as redes solidárias e mesmo fornecer sustentabilidade aos diversos empreendimentos solidários (PPES/2007).

Em meio à abertura dos processos de globalização, com início no final do século XX, em que pessoas, comunidades, países e continentes estão conectados em tempo real, surge também a ES em meio aos processos de globalização, com o estreitamento de relações entre participantes desse movimento, abrindo possibilidades à ES países equidistantes, por meio do movimento político e social articulado, reafirmando a nova concepção de desenvolvimento no mundo (PPES/2007).

A globalização caracteriza um estágio avançado do capitalismo, pela acumulação de poder, associado à financeirização e ao paradigma tecnológico. O comércio global e as relações internacionais se pautam nessa prerrogativa, devendo os países remodelarem suas economias nessa era para que se insiram nesse ambiente (TAULE e FARIA, 2005).

As estratégias adotadas pelos Estados desenvolvimentistas podem minimizar os conflitos gerados pela intensificação do processo de globalização, mas

essas estratégias estão vinculadas à maior autonomia estatal, capaz de atuar viabilizando parcerias com os agentes privados, favorecidos, ao mesmo tempo, pelo interesse de rentabilidade dos capitais e do desenvolvimento nacional.

O trabalho autogestionário, conforme destaca Marx, pauta-se na associação de produtores livres em igualdade de participação e condições. Por isso, Marx posiciona-se favorável ao modelo, afirmando que: “a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” (PPES/2007, p. 5).

No entanto, segundo Simão (2011, p. 23), dispor de autonomia não significa unicamente gozar de liberdade para agir como bem entender, mas significa: “ser capaz de eleger os objetivos e crenças idealizadas, valorá-las e sentir-se responsável pelas decisões e atos adotados”. Portanto: “requer-se formas de participação social da qual dependerá o desenvolvimento da capacidade cognitiva, ativa e emocional do ser humano”.

Segundo Pereira (2002), o desenvolvimento da autonomia crítica traz como pré-requisito as habilidades cognitivas desenvolvidas e a disponibilidade de oportunidades sociais, bem como a satisfação de outras necessidades tidas como intermediárias, com destaque àquelas com possibilidade de realização, nas e por meio das cooperativas de produção. Esse fenômeno inclui um ambiente de trabalho seguro, isento de jornadas prolongadas de trabalho, organização e gestão do trabalho com autonomia ampliada do trabalhador, educação, segurança econômica garantidora da manutenção e desenvolvimento da autonomia individual do trabalhador, pressupondo a possibilidade de poder planejar e vislumbrar um futuro concreto realizado, reportando-se para a segurança econômica.

Segundo o Programa Paranaense de Economia Solidária (PPES/2007), o avanço tecnológico conquistado nas últimas décadas resultou em transformações no mundo do trabalho, no Brasil e no mundo, modificando os métodos de produção, subtraindo o trabalho presencial. Esse avanço contribuiu para que os postos de trabalho fossem gradativamente reduzidos, agravando-se o problema social entre as décadas de 1980 e 1990, avançando o desemprego e a concentração de renda entre classes abastadas.

Este movimento obrigou os trabalhadores a buscarem alternativas para gerar renda, o que levou ao desenvolvimento de alternativas locais e ao surgimento de organizações produtivas solidárias, em resposta à crise, bem como iniciativas organizacionais de grupos populares, cooperativas, empresas autogestionárias,

redes e cadeias produtivas solidárias que ressignificam a concepção de trabalho, produção e apropriação dos resultados das atividades produtivas (PPES/2007).

Nesse contexto, a luta dessas iniciativas em diversas regiões do Brasil, resultou na formação do Fórum Social Mundial, realizado na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, em 2005, onde a apresentação política se expressou na conjugação das forças representativas dos gestos políticos, empreendimentos, produtores, consumidores solidários e organizações de apoio, incluindo as universidades e as organizações não-governamentais (ONGs). Essas organizações tiveram início por meio do empoderamento do trabalhador, nas suas atividades produtivas, e receberam forte apoio da sociedade civil, resultando na criação das condições necessárias para impulsionar as primeiras experiências em torno das políticas públicas de ES no Brasil, com ênfase nos municípios de São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (PPES/2007).

No Brasil, a ES conquistou espaços políticos significativos na agenda pública, por meio do fortalecimento de suas organizações representativas e da criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, na esfera federal (SILVA, 2017).

Alguns gestores públicos, membros de entidades públicas, em âmbito federal, estadual e municipal atuam na gestão de programas de desenvolvimento em ES (OLIVEIRA e BEATRIZ, 2015). Entre os movimentos contrários à hegemonia econômica mundial, segundo Pacheco e Grabosky, a ES é uma forte representante. Entre os princípios da ES estão os seguintes:

[...] busca do reequilíbrio dos sistemas bioecológico, socioeconômico e do técnico e científico, na base de qualquer atividade humana de produção de bens e serviços [...]. São raízes de uma nova economia, seja na relação entre seres humanos com a natureza, seja na relação entre eles mesmos ao produzir, repartir e consumir os bens (PACHECO e GRABOSKY, 2010, p. 3).

A ES reúne uma diversidade de práticas econômicas e sociais, cujo processo produtivo é organizado pelos próprios trabalhadores, na qualidade de gestores da produção e de suas relações de trabalho participam das decisões pertinentes. O processo produtivo caracteriza-se pela solidariedade, cooperação

mútua e constante, que pode constituir-se em forma de cooperativismo e associativismo (ZANCHET, 2008).

Entre as ações implementadas pelo Programa de ES, em nível nacional, está o levantamento de dados, mais conhecido por mapeamento, que visa proporcionar visibilidade à ES e oferecer subsídios aos processos de formulação das políticas públicas. Os dados e informações obtidas no mapeamento compõem o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Na Região Sul, por exemplo, foram cadastrados 3.583 empreendimentos econômicos solidários (EES), destacando-se o Rio Grande do Sul, com um total de 2.085 empreendimentos (ZANCHET, 2008).

A formação dos grupos de trabalho associado é uma realidade, cada vez mais presente no cenário econômico brasileiro, resultante da articulação desses grupos e se constitui em redes e espaços locais de trocas e diálogos. Para França Filho e Laville (2004), caracterizam espaços de proximidade, enfatizam que essas atividades permitem lutar contra as adversidades e desigualdades em diferentes espaços locais e grupos sociais.

[...] a Economia Solidária ao reorganizar processos econômicos e cadeias produtivas, se converte ao mesmo tempo em uma dinâmica de desenvolvimento endógeno (a partir de dentro), autogestionário, solidário e sustentável, fazendo dos agentes locais, os atores privilegiados e responsáveis pelo desenvolvimento local, territorial e regional, considerando e ampliando as capacidades locais ou territoriais, numa estratégia nacional de desenvolvimento (I CONAES, 2006).

E apesar da trajetória de conquistas, apoio e geração de novos espaços políticos a IES enfrenta enormes desafios relacionados ao ambiente institucional no qual estão inseridas (SILVA, 2017).

Segundo Bertucci e Silva (2003), sob a perspectiva da ES surgem críticas sobre o sistema hegemônico com base nos valores de solidariedade, democracia, autonomia, distribuição da renda, cuidado com o meio ambiente e com o ser humano e de cooperação, sempre atentas aos novos desafios para construção de formas novas de organização da produção, distribuição e consumo de bens socialmente produzidos (OLIVEIRA e BEATRIZ, 2015).

Nesse contexto, para construir a ES requer o: “[...] redesenho e exercício, na prática, de experiências alternativas, um projeto de sociedade que rompa com a lógica da competição monopolizadora excludente” (BERTUCCI, 2002, p.19).

Dessa forma, a ES favorece a possibilidade de diversas práticas econômicas e sociais, organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras formas de trabalho e divisão dos lucros entre associados, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e o consumo solidário (OLIVEIRA e BEATRIZ, 2015).

A ES, vista sob a perspectiva emancipatória, um de seus objetivos é despertar nos(as) trabalhadores(as), costumeiramente formatados pela sociedade, para aderir ao emprego e ao empreendedorismo, atitudes que possibilitem trabalhar e produzir de forma autogestionária e coletiva, sem laços de dependência e opressão, distribuindo riquezas igualmente, justa e igualitária (OLIVEIRA e BEATRIZ, 2015, p. 246). Segundo Singer:

A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras e consumidoras, etc., uma vida melhor. E os Fóruns de Economia Solidária têm sido um instrumento importante de articulação política da sociedade civil que se constituem em espaços de formação, informação e planejamento de estratégia conjunta para intervenção nas políticas públicas, sendo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária sua expressão máxima (SINGER, apud SANTOS, 2002, p. 114).

No Brasil, a ES é considerada uma realidade para muitos dos envolvidos nessas atividades, a partir de seu surgimento, sejam: “[...] nos espaços rurais ou urbanos, através de cooperativas de produção e consumo, associações de produtores e empresa de autogestão” levam esse trabalho solidário avante (BERTUCCI e SILVA, 2008, p. 66).

No entanto, no atual contexto é necessário considerar a “[...] a constatação da fragilidade e da pouca organicidade dessas iniciativas econômicas solidárias. Isoladas, essas iniciativas, por melhor que sejam, são frágeis diante de uma correlação de forças desfavorável” (BERTUCCI e SILVA, 2008, p. 68).

O empreendimento constitui-se de forma solidária e coletiva por natureza, tornando-se refém de um sistema ainda maior, havendo forte pressão para que se busque o formato de distribuição e venda de produtos sob o modelo capitalista (OLIVEIRA e BEATRIZ, 2015).

Entre os principais atores sociais envolvidos nesse movimento encontram-se os empreendimentos econômicos solidários, incluindo grupos de trabalho ou uma

coletividade informal, iniciativas de consumo crítico, solidário e coletivo, bancos comunitários, clubes de trocas, lojas de economia solidária, feiras, associações de trabalho, cooperativas populares, cadeias solidárias de produção, comercialização, consumo e empreendimentos coletivos autogestionários, entre outros (OLIVEIRA e BEATRIZ, 2015).

No Brasil existe cerca de 361 mil trabalhadores cooperados, um total de 12,7 milhões de cooperados e 6,5 mil cooperativas distribuídas em uma área 8.516.000 km² e uma população atual de 207.000.000 de habitantes, segundo dados obtidos junto ao Instituto de Pesquisas e Geografia Estatística (IBGE).

O escritor Baggio (1983), em sua obra “elementos do cooperativismo e administração rural” afirma que o termo “cooperativa” remete-se a uma organização, por excelência, no modelo aberto e reúne um somatório de interesses legítimos, necessidades e problemas comuns dos seus associados.

É instrumentalizada pela oferta de serviços adequados para que de modo contínuo tenha uma participação representativa dos interesses e necessidades da instituição, atendendo satisfatoriamente às expectativas dos cooperados. E, além de ser uma instituição aberta, participa da concorrência de mercado, sobre o qual deve estar permanentemente informada e suficientemente instrumentalizada para interferir na barganha em favor de seu grupo ou comunidade de associados.

Segundo a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) - (1995), a cooperativa reúne um número voluntário de pessoas autônomas e livres que visa satisfazer suas necessidades comuns, através de uma empresa de negócios que possuirá propriedade em conjunto e controlará democraticamente a atividade (BAGGIO, 1983).

A ACI, órgão máximo internacional do cooperativismo mundial, caracteriza-se como uma entidade cooperativista, não governamental, fundada em Londres, em 1895, sob coordenação dos líderes do Movimento Cooperativista Internacional (MCI), Eduardo Boyve e Eduardo Vansittart Neale, que tem por objetivo de representar e servir às organizações cooperativas em todo o mundo.

Em 1995, em comemoração ao centenário de fundação, em Congresso realizado em Manchester, a ACI estabeleceu princípios que regem o funcionamento das cooperativas em geral no mundo, resumindo-se em sete proposições conforme seguem:

1. Associação voluntária aberta: podem associar-se às cooperativas todos os que apresentem condições em utilizar-se de seus serviços e queiram aceitar as responsabilidades de associado, sem discriminação de gênero, raça, condição social, preferência política ou credo religioso (ACI, 1995).
2. Controle democrático por seus membros: significa participar ativa e diretamente homens e mulheres associados, no estabelecimento de diretrizes políticas e na tomada de decisões. Enquanto nas cooperativas de primeiro grau pratica-se a igualdade de direito (um membro, um voto), nos demais níveis os critérios de votação podem ser estabelecidos segundo a representação dos associados por determinado número de delegados devidamente credenciados (ACI, 1995).

Os homens e mulheres eleitos como representantes dos demais membros serão responsáveis perante estes. As cooperativas são subdivididas em cooperativas de primeiro grau e graus superiores: no primeiro modelo de cooperativa os membros têm igual direito ao voto - um membro, um voto, em cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática;

3. Participação econômica de membros: o controle democrático da cooperativa e igual a contribuição ao capital, uma parte do capital social constitui propriedade comum da cooperativa. A Assembleia Geral poderá fixar limitada compensação ao capital subscrito como condição ao membro que associa-se à cooperativa (quotas-partes), bem como benefícios aos cooperados na proporção de suas transações com a cooperativa. Podem ser criadas outras contribuições para o fundo de reserva, desenvolvimento de atividades da cooperativa e demais iniciativas aprovadas pelo corpo de associados (ACI, 1995).

Habitualmente, seus membros recebem, se houver remuneração limitada ao capital integralizado como uma de suas condições para adesão. Os membros destinam os excedentes ao (i) desenvolvimento da cooperativa, eventualmente, através da criação de reservas, mas parte será indivisível (ii) os benefícios aos membros serão entregues na proporção de suas transações junto à cooperativa (iii) o apoio à outras atividades devem ser aprovadas pelos seus membros (ACI, 1995);

4. Autonomia e independência: decorrem do entendimento adotado pela ACI que a cooperativa é uma associação de ajuda mútua de pessoas que se unem voluntariamente para atender suas necessidades em áreas econômica, social e cultural, controlando elas mesmas o funcionamento de sua organização. Se houver entendimento para apoiar outras organizações, como governos ou captação de recursos de fontes externas deve ser assegurada a autonomia e controle democrático da cooperativa por seus próprios associados (ACI, 1995).
5. Educação, treinamento e informação: de seus associados, representantes eleitos, executivos e empregados da cooperativa visando contribuir para seu desenvolvimento. A natureza e os benefícios gerados

pelo cooperativismo devem estender-se ao público, em especial, aos jovens e aos líderes da comunidade (ACI, 1995).

6. Cooperação entre cooperativas: o trabalho conjunto e/ou a interação das cooperativas em níveis local, regional e internacional fortalecem o movimento cooperativo e atendem os cooperados de maneira efetiva.
7. Preocupação com a comunidade: seus membros devem aprovar políticas especiais visando contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades (ACI, 1995).

Conforme a Lei n. 5.764/1971, a cooperativa é regulada por legislação específica, segundo essa Lei: “[...] são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, têm natureza civil, não sujeitas à falência e são constituídas para prestar serviços aos seus associados, distinguindo-se das demais sociedades [...]” (BRASIL, 1971).

Nesse sentido, segundo Capistrano (2014), a cooperativa é uma organização formada por pessoas que se associam voluntariamente, formando um somatório de interesses comuns, que participam conjuntamente em um mercado competitivo aberto, administrada de forma democrática.

2.2 TEORIA DA ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA

Segundo o MST, a organização tradicional da produção não permitia formar a conscientização coletiva, uma vez que seus processos de trabalhos eram bastante simplificados e individualistas.

O comportamento ideológico do indivíduo consiste em um complexo de valores culturais, morais e políticos, determinado pelo papel que desempenha dentro de um determinado processo produtivo. [...] A estrutura do processo produtivo em que está envolvido o camponês determina muito de suas atitudes sociais e traços de seu comportamento ideológico no momento em que participa dentro do grupo social. Sua atitude isolacionista, aparentemente reacionária à associação sindical (sindical, cooperativa, etc.) não é consequência apenas do nível de educação, que entre os camponeses quase sempre é muito baixo e sim procede da incompatibilidade de tipo estrutural que distingue tal atitude da organização de caráter e participação sociais (MORAIS, 1986, p. 12-13).

Conforme Morais (1986, p. 27), para manter a “unidade” e a “disciplina” no sistema cooperado seria necessário combater: “os vícios das formas artesanais de trabalho”, uma vez que esses elementos destruiriam a organização cooperativa e seriam prejudiciais aos assentamentos rurais. Porém, para evitar a desagregação do

cooperativismo desenvolvido em assentamentos rurais deveriam usar instrumentos para combater os vícios de formas artesanais de trabalho para garantir uma sobreposição às condutas inconciliáveis advindas dos camponeses.

Segundo Costa (2007), o cooperativismo se originou com a oposição operária às opressões sociais do liberalismo econômico, praticado durante os séculos XVIII e XIX. As cooperativas de consumo criadas pelos Probos Pioneiros de Rochdale foram as primeiras que obtiveram sucesso no mundo, inicialmente, fundada por 28 tecelões (1844), representando um marco na história mundial, com destaque aos valores e princípios que norteiam o cooperativismo atual, tendo como fundamento: (i) autogestão; (ii) independência; (iii) educação e (iv) preocupação com a comunidade.

Segundo Bialoskorski Neto (1998), a cooperativa é uma organização empresarial de propriedade comum, tem origens socialistas utópicas associacionistas e princípios doutrinários, inspirada em ideais de igualdade, solidariedade, fraternidade e liberdade como meios para criar condições para que os associados se estabeleçam no mercado, proporcionando um maior bem-estar social.

Lamge (2009) afirma que a ES caracteriza-se como forma de cooperativismo, denota autonomia e tem como propósito melhorar a qualidade de vida dos cooperados, enfatizando as competências destes, devendo contribuir para que o cooperado se mantenham no mercado com a produção e comercialização dos produtos em comum, para o sustento familiar.

Um dos modelos melhor organizados de cooperativismo no Brasil, tido como base, atualmente, para o modelo cooperativista em geral, foi desenvolvido pelo MST, mais precisamente, por Clodomir Morais e é denominado Teoria da Organização do Campo (BORGES, 2010).

Segundo Christoffoli apud DalRi (2010), os princípios de cooperação se fundamentam no MST e surgiram ao longo da história de construção de sua entidade e estabeleceram um conjunto de orientações e princípios organizadores das experiências de cooperativismo. Segundo Christoffoli:

A cooperação é vista como um elemento a mais na luta para transformação da realidade social, da existência social das pessoas, portanto, não vista como iniciativa puramente econômica. Tampouco é vista como elemento central no processo de transformação, ou seja, como elemento central para uma transição pacífica entre os modos de produção capitalista e socialista. A cooperação é empregada como elemento auxiliar, como apoiador do

processo de organização social e política de classe. Como elemento que pode e deve apoiar a dinamização da luta de classes no interior da sociedade capitalista.

A cooperação, portanto, não pode somente visar o econômico, deve levar em conta aspectos sociais e políticos. Na dimensão política representa a demonstração material para a classe trabalhadora de que é possível organizar mesmo processos complexos de produção e do funcionamento da sociedade sem que sejam necessários os capitalistas e seus instrumentos de opressão.

Respeito à voluntariedade combinado com a indução ativa a processos de cooperação. A participação nas atividades de cooperação deve ser voluntária. Ninguém deve ser forçado a entrar ou permanecer na cooperação. No entanto isso não significa que se adote postura passiva. Adota-se o critério de que a necessidade comanda a vontade. Ou seja, mais do que a vontade de cooperar, deve-se buscar aspectos objetivos que configurem necessidades sentidas pelas famílias. Ao identificar e iniciar a organização dos trabalhadores a partir de suas necessidades concretas, as chances dessa organização avançar são muito maiores, pois respondem a anseios e a problemas reais. Também se busca realizar um convencimento teórico e prático sobre as vantagens do trabalho cooperativado, através de ações de formação, intercâmbios, visitas técnicas, etc.

A cooperação, para o MST, deve ser desenvolvida sob as mais diversas formas, sem priorizar necessariamente a forma cooperativa. O importante é cooperar e não a forma como essa cooperação vai se dar. Mas, deve-se ter clara a necessidade de se ir avançando das formas mais simples para formas mais complexas de cooperação. Nesse ponto também é importante conciliar a proposta organizativa com os níveis de consciência organizativa do grupo social envolvido;

Indução e democracia. Há alguns limites para as experiências. Até que ponto é possível forçar a indução à cooperação, na medida em que isso resulta em perda na qualidade de participação dos associados, de restrição real da democracia interna (CRISTOFFOLI, 2010, p. 29-30).

A implantação do cooperativismo deve interagir na luta pela transformação da sociedade por meio do avanço cooperativo no processo produtivo, com a inserção da produção em escala, com o uso de recursos externos (industrializados) e da divisão do trabalho, conforme apontado anteriormente por Christoffoli apud DalRi (2010). E assim, a cooperação agrícola segue além dos limites econômicos do trabalho, inserindo elementos políticos visando a mudança social. E quando de sua criação, os detentores dos meios de produção reconheciam sua importância ao orientar a organização de cooperativas em assentamentos rurais. No entanto, a implantação desse modelo dependia das condições objetivo-subjetivas de um período em consolidação (BORGES, 2010).

O modelo estabelecido pelo MST, nos moldes da Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), representa uma ruptura entre as bases familiares de produção agropecuária e passa ser uma empresa sem que a família fosse incorporada ao projeto, somente indivíduos detentores de cotas-parte (BORGES, 2010).

[...] os trabalhadores rurais assentados buscam se organizar em uma diversidade de formas associativas, dentre as quais se destacam as cooperativas e as associações. Além destas, tem-se uma importante diversidade de formas: núcleos de base de famílias; grupos informais de cooperação; associações; condomínios de produção e/ou serviços (suínos, máquinas, armazenagem, leite); grupos coletivos; cooperativas de comercialização; cooperativas de produção coletiva (CPAs); cooperativas de trabalho; cooperativas de crédito. [...] os grupos coletivos e as CPAs são formas associativas que buscam organizar a produção de forma coletiva, reestruturando os lotes individuais de modo a que a produção seja organizada, decidida e realizada coletivamente, como se fosse uma empresa única (Christoffoli apud DalRi, 2010, p. 28).

Segundo Christoffoli apud DalRi (2010), as associações configuram organizações politicamente representantes de determinado setor, senão, visam adquirir ou comercializar produtos em comum, porém, trazem restrições normativo-legais sobre operações que resultem de atividades econômicas por meio do associativismo e assim se inserem em uma corrente similar ao do cooperativismo de consumo. Segundo a autora, no processo de transformação social, quanto aos limites e possibilidades, na ES e no cooperativismo consideram-se:

1. As iniciativas de economia popular e solidária não se constituem num fim em si mesmo. São alternativas populares ao desemprego e à exclusão social, mas não se esgotam nesse papel econômico.
2. Em geral, elas são originadas em períodos de crise nas sociedades capitalistas periféricas e da piora das condições de vida da classe trabalhadora. Mas, também, podem estar sendo gestadas a partir de uma crise de projeto político da esquerda tradicional e popular, o que seria um equívoco histórico.
3. Isso implica num risco. Historicamente nos períodos de crise social há ascensão de experiências da economia social, popular ou agora solidária. O primeiro momento da ascensão do capitalismo resultou no surgimento das experiências cooperativistas, que até hoje se constituem em importante ferramenta de organização e luta dos trabalhadores. Contudo, nos períodos de ascensão econômica da economia capitalista há um evidente refluxo nas experiências alternativas ao sistema, seja pela sua inviabilização econômica, seja ao contrário, pelo seu sucesso, isto é, empresas sociais bem sucedidas que ao se expandirem se convertem em capitalistas coletivos.
4. Portanto, essas experiências surgem nos momentos de debilidade do capitalismo, como fruto de sua crise, e deveriam ter clareza de seu papel para contribuir na superação desse modo de produção. No entanto, ou elas naufragam nas vagas da competição mercantil capitalista, ou nas vagas ideológicas que fervilham de contradições o interior do corpo de associados, difundindo a ideologia capitalista como forma hegemônica de pensamento e organização social.
5. As cooperativas ou empresas da economia popular e solidária não conseguiram derrotar o capitalismo desde dentro, desde uma perspectiva de criar uma economia alternativa, como era a ideia dos socialistas utópicos. Essa é uma lição que a história nos traz e que devemos ter em mente quando atuamos na economia popular e solidária.
6. As iniciativas de economia solidária devem ser ferramentas de organização e luta dos trabalhadores e não devem voltar-se apenas para a

economia. Esse seria seu maior equívoco e é o ideal para o sistema, que cria as crises e joga os custos para os trabalhadores pagarem.

7. A economia solidária deve, portanto e necessariamente, **se vincular ao movimento de trabalhadores mais amplo**, sindicatos, movimentos, partidos de classe, etc. Não pode se isolar como iniciativa apenas de cooperação econômica. 8. Isso implica também que parte dos resultados econômicos da cooperação deveria ser direcionados: a) para apoiar a luta dos trabalhadores; b) para trazer melhorias ao entorno social da experiência; c) para fomentar a luta ideológica no conjunto da sociedade (CHRISTOFFOLI, 2010, p. 32-33).

Segundo o MST, a organização econômica cooperativista deve ligar-se aos objetivos estratégicos do movimento social, que nem sempre ocorre em face do desconhecimento de seus gestores. Nesse viés, para sanar a questão destaca-se:

[...] o modo democrático e popular para articular os diversos movimentos sociais, populares e de unificar suas lutas deve ser democraticamente definido por eles próprios, em suas instâncias, no horizonte de uma estratégia global que facilite o avanço concreto de suas lutas específicas e imediatas, rumo à transformação das estruturas de exploração, dominação e exclusão peculiares ao capitalismo, a fim de superá-lo, compondo, portanto, a realização dos seus objetivos conjunturais com o acúmulo de forças para a realização dos objetivos históricos das classes populares (MANCINI, 2007, p. 2).

No que se refere ao movimento da economia solidária no Brasil, segundo a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL) (2017), a expressão ES foi criada na década de 1990, reúne inspirações dos movimentos antigos e mais recentes, possuindo princípios e valores comuns:

- ES significa posse ou controle coletivo dos meios de produção, distribuição, comercialização e crédito;
- Apresenta gestão democrática, transparente e participativa dos empreendimentos econômicos e sociais;
- Pressupõe a distribuição igualitariamente os resultados (sobras e perdas) econômicos dos empreendimentos.

A síntese entre o sentido de cooperativismo, autogestão e ES se configura da seguinte forma:

- O **cooperativismo** fornece um modelo de organização, aberta e democrática, adequada aos interesses dos trabalhadores, seja para a produção crédito, comercialização, serviços (UNISOL, 2017);

- A **autogestão** estabelece a qualidade democrática das relações de gestão e trabalho, adequada aos interesses dos trabalhadores, seja em cooperativas, organizações sociais ou empresas estatais (UNISOL, 2017);
Consideram os empreendimentos de economia popular solidária, segundo o art. 12, da Lei n. 14.786/2016:

Art. 12 Serão considerados como empreendimentos de economia popular solidária, para os fins desta lei:

I - empresas de autogestão, as cooperativas, as associações;

II - pequenos produtores rurais e urbanos organizados coletivamente;

III - grupos de produção e outros que atuem por meio de organizações e articulações locais, estaduais e nacionais, desde que preencham os requisitos do artigo anterior.

§ 1º Os empreendimentos de economia popular solidária trabalharão prioritariamente em rede, abrangendo a cadeia produtiva, desde a produção de insumos até a comercialização final dos produtos, integrando os grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviços, para a prática do consumo solidário, com o reinvestimento na própria rede.

§ 2º Serão consideradas como empresas de autogestão, para os efeitos desta Lei, os grupos organizados, preferencialmente sob a forma de sociedade cooperativa, podendo ser adotadas as formas de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, de associação civil e de sociedade anônima, atendidos os seguintes requisitos:

I - organização em regime de autogestão, caracterizada pela propriedade em comum dos bens de produção e pela observância dos critérios definidos no art. 11 desta lei;

II - gestão da entidade exercida pelos integrantes de forma coletiva, democrática e igualitária;

III - adoção de modelo de distribuição dos resultados econômicos proporcional ao trabalho realizado coletivamente (BRASIL, 2016).

- A **ES** constitui um campo filosófico, político, social e econômico voltado ao interesse dos trabalhadores, por meio dela empregam os meios de produção, comercialização e crédito em função dos seus interesses e necessidades (UNISOL, 2017).

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

3.1 SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES)

Em 2003, o governo federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e, por meio desta, surgiu o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PESD) (ZANCHET, 2008).

Desde seu início, a SENAES ofereceu cursos de ES aos servidores do governo federal em Brasília e em outros órgãos dos Estados da federação – com resposta entusiástica, pois o número de interessados quase sempre ultrapassou as vagas previstas – e conduziu a formação de outras turmas. Nesse contexto, ofertaram-se cursos para os funcionários de praticamente todos os Ministérios com destaque ao MTE, lotados em Delegacias Regionais do Trabalho nos Estados, atualmente são as Superintendências Regionais, dos Centros de Assistência Psicossocial do Ministério da Saúde (MS), dos Educadores Populares em atividade nos Programas Fome Zero e Luz para Todos (SINGER, 2009). Segundo Singer:

Em 26 de junho de 2013, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES completou dez anos de funcionamento militante no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Foram dez anos de muito trabalho e muita luta em estreita parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e demais componentes desse movimento, não só em nosso país, mas também nos países vizinhos do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e ultimamente, com a recente expansão da economia solidária em países dos seis continentes, que formam a superfície do globo e que compõem, com a economia solidária do Brasil, a Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária – RIPESS. Nesta década, a economia solidária conheceu amplo crescimento tanto no Brasil como em grande parte da Europa, das Américas e nos últimos anos também na Ásia e na África. Outra política desenvolvida pela SENAES a partir de 2005 tem sido o mapeamento periódico dos empreendimentos de economia solidária (EES), dentro dos marcos do Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES). O primeiro mapeamento foi realizado em 2007 e registrou a existência de 21.859 EES. Este primeiro mapeamento, em função das limitações de recursos e de tempo, cobriu apenas 2.933 municípios, que representam 53% das municipalidades do Brasil. O SIES prevê que os mapeamentos deverão ser realizados a cada quatro anos (SINGER, 2014, p. 1;3).

E diante dos resultados apresentados, a SENAES foi convidada a formar parceira com 22 Ministérios, em programas comuns de resgate social de populações marginalizadas, fomentando assim os EES. As primeiras iniciativas apresentaram

duração e resultados razoáveis, revelando uma alternativa de inclusão social para pessoas egressas de manicômios, pela formação de cooperativas em parceria com o Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde (SINGER, 2009).

Nesse contexto, resultados semelhantes foram obtidos através de programas em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e com a Secretaria da Aquicultura e Pesca, ofertando cursos de formação em ES aos servidores dos governos municipais e estaduais, contribuindo para que as políticas de fomento em ES ganhem qualidade surja nos Estados e municípios o anseio de seus governos institucionalizarem políticas destinadas à ES (SINGER, 2009).

O endodesenvolvimento se justifica porque visa unir toda a comunidade em termos igualitários, de modo que ninguém fique excluído dos benefícios de um desenvolvimento que deve resultar dos esforços combinados de todos os membros aptos para o trabalho da comunidade. O endodesenvolvimento torna-se possível à medida que os esforços despertados pela mobilização de toda a comunidade são apoiados e complementados pelo poder público, em termos de formação política e técnica, oferecidas por agentes de desenvolvimento devidamente preparados para exercer este papel. Como seria de se esperar, este apoio, diga-se educativo, tem de ser complementado com ajuda financeira, provida pela SENAES, com recursos de sua dotação orçamentária, destinados precisamente para erradicar a miséria nos moldes do PBSM. [...] a partir de 2011 [...] a SENAES promoveu novas atividades visando garantir a viabilidade econômica dos ESS que foram semeados pelos rincões menos desenvolvidos do país. Para tanto, a secretaria promoveu a formação de redes de comercialização e finanças solidárias tendo por objetivo garantir aos EES o acesso a mercados e ao crédito, nas medidas de suas necessidades e possibilidades. Em 2010 [no apagar de seu segundo mandato] [...] Lula assinou, [...] um decreto instituindo o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário. Este sistema reúne as entidades brasileiras que se dedicam ao comércio justo e vai gradativamente englobando os EES, à medida que estes vão se desenvolvendo. O ponto de estrangulamento, que tem sido a dificuldade de acesso a mercados, mas vai sendo paulatinamente superado conforme se amplia a comercialização dos produtos da ES em feiras cada vez maiores, culminando, nos últimos anos, na grande Feira Internacional de Santa Maria/RS. Outra maneira de romper as barreiras à comercialização tem sido a multiplicação dos grupos de consumo responsável (GCRs) que cultivam contatos permanentes entre produtores e consumidores, permitindo que as possibilidades e necessidades de uns e outros se conheçam e se amoldem para a satisfação mútua (SINGER, 2014, p. 5).

As políticas públicas da ES dialogam com as experiências acumuladas em iniciativas envolvendo os programas, projetos e ações promovidas em diversas organizações da sociedade civil, de inspiração religiosa, mobilização social, educação popular e outras, por governos de matriz ideológica de esquerda. Nesse sentido, pode-se identificar as principais fontes de inspiração e diálogo na

formulação e implantação das políticas públicas de ES no Brasil e nos Estados (SILVA, 2017). Segundo Silva:

A economia solidária reconhecida social e politicamente como parte de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, solidário e democrático, incluída num ambiente institucional adequado à legalização, financiamento, participação nos mercados e ao acesso às políticas públicas, possibilitando a efetiva promoção da organização coletiva autogestionária de trabalhadores e trabalhadoras, sua proteção social e a melhoria de sua qualidade de vida (SILVA, 2017, p. 22).

As políticas públicas de desenvolvimento da ES têm como foco promover e desenvolver a sustentabilidade solidária, fortalecer os processos democráticos de participação e controle social, reconhecendo as formas organizativas econômicas solidárias e os direitos sociais do trabalho associado, a abordagem territorial e a identificação da diversidade social do trabalho e sobrevivência justa e digna (SILVA, 2017). Segundo Oliveira e Beatriz:

A Economia Solidária é considerada como um dos movimentos contrários à hegemonia econômica mundial devido a sua forma diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, tornando-a uma forma inovadora e uma alternativa de geração de trabalho e renda, além de atuar como uma das respostas a favor da inclusão social (OLIVEIRA, e BEATRIZ, 2015, p. 243).

As iniciativas governamentais, inicialmente, tinham como proposta fortalecer as experiências organizativas comunitárias populares, sua linha de base foi um sistema nos moldes autogestionária, em resposta ao maciço desemprego que passa a surgir, levando a ES tornar-se referência no implemento e articulação das políticas públicas, embora com consulta permanente aos atores sociais.

3.2 PLANO BRASIL SEM MISÉRIA (PBSM)

Conforme Mello (2015), o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), lançado em 2011, representa um marco importante na história recente de construção de políticas públicas destinadas à promoção e desenvolvimento rural no Brasil. E com uma visão multidimensional da pobreza e um levantamento diagnóstico sobre o perfil de pessoas extremamente pobres, o Plano foi organizado a partir de três eixos

estratégicos importantes (i) garantia de renda (ii) acesso aos serviços públicos e (iii) inclusão produtiva. É sobre este último eixo, em especial, a inclusão produtiva rural, seus desafios e aspectos inovadores, que essa publicação se organiza e apresenta reflexões. Na inclusão produtiva urbana existem projetos muito significativos:

Principais projetos produtivos desenvolvidos pelas famílias no âmbito do Programa de Fomento: criação de pequenos animais (suinocultura, caprinocultura e avicultura caipira), bovinocultura, lavouras de milho e feijão, horticultura, recuperação dos solos associada à implantação de pequenas áreas de policultivos, artesanato e outras atividades não agrícolas (salão de beleza, lanchonete, padaria, mercadinho, fábrica de churros, fábrica de blocos de cimento, entre outros) – (SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 2005, p. 97).

Mello (2015) afirma que desde 2003 um conjunto de políticas públicas foram implementadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em curso no setor rural brasileiro a construção de cisternas, o microcrédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e programas de compras institucionais – como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O Plano BSM é o principal Programa criado com a finalidade de promover a superação da pobreza entre 2011-2014, integrante do conjunto de ações que constituiu uma nova fase das políticas de desenvolvimento social no Brasil. O Programa centrou-se na multidimensionalidade da pobreza como cerne teórico orientador e operacional, o Plano considerou a pobreza e a extrema pobreza além da perspectiva monetária, incluiu entre suas preocupações o aumento das capacidades e oportunidades do público socialmente mais vulnerável como questão essencial no alcance de resultados efetivos na superação da pobreza e extrema pobreza (MELLO, 2015).

Ao serem contabilizadas as ações do BSM, executadas entre 2011-2014, com exceção do Bolsa Família, mais de 2,5 milhões de famílias de agricultores familiares e 390 mil famílias de assentados da reforma agrária acessaram pelo menos um dos programas do Plano. Ao considerar as famílias de agricultores familiares que receberam alguma ação de Inclusão Produtiva Rural, figuraram entre as políticas mais acessadas o crédito (AGROAMIGO) e a assistência técnica (ATER), seguidas do Programa Água para Todos. Já no caso de assentados da

reforma agrária, as ações mais acessadas foram a assistência técnica (ATER), seguida do Programa Bolsa Verde (MELLO, 2015).

Ao recortar o acesso público das ações que compuseram a rota de inclusão produtiva rural notou-se que as ações de estruturação produtiva no campo foram as que mais chegaram aos produtores mais pobres: sendo atendidos com, pelo menos, uma das ações do rural, 1,8 milhão de famílias de agricultores familiares e 380 mil famílias de assentados da reforma agrária (MELLO, 2015).

A melhoria da renda das famílias do campo foi um dos principais resultados da chegada das ações do PBSM aos mais pobres: de 2011-2014 a renda dos extremamente pobres subiu 88%, ao expandir o público para a população em situação de pobreza com renda até R\$ 154,00 per capita, o aumento verificado no período foi 74%. Esses resultados devem ser destacados ao considerar que durante o período o semiárido brasileiro, que concentra grande parte da pobreza rural, para o qual foram orientadas muitas das ações de inclusão produtiva rural, enfrentou umas das piores estiagens dos últimos 100 anos (MELLO, 2015).

Relacione o PBSM com a Economia Solidária – tem alguns programas do programa que são voltados para a ES, pelo eixo “Inclusão produtiva”.

3.3 SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E PRONAF

Em meio às políticas públicas de desenvolvimento social foram criados programas destinados ao fomento da ECOSOL, como o SEAD e o PRONAF e seu foco é fortalecer a ES no Brasil, beneficiando o Estado do Paraná com um prodígio de normas, legalidade, instruções e benesses.

A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da Casa Civil (SEAD) foi criada pelo Decreto n. 8.780, em 27 de maio de 2016 e a última estrutura regimental foi definida pelo Decreto n. 8.786, em 14 de junho de 2016, substituindo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), extinto em 12 de maio de 2016, pela Medida Provisória n. 726, que alterou e revogou a Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, transferindo suas competências ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). (BRASIL, 2016).

O MDS foi criado em 25 de novembro de 1999, pela Medida Provisória n. 1.911-12, sendo sua última estrutura regimental definida pelo Decreto n. 7.255, de 4

de agosto de 2010. Tinha por competência a reforma agrária e realizar o reordenamento agrário, regularização fundiária na Amazônia Legal, promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em regiões rurais e identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades quilombolas. No entanto, em caráter extraordinário a SEAD exerce competências na regularização fundiária na Amazônia, segundo a Lei n. 11.952, de 25 de junho de 2009, em seu art. 33.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) nasceu na década de 1990, conforme destacam Gazola e Schneider (2013), como a principal política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar, na qual outras políticas e programas importantes foram desenhados para integrar as ações governamentais nesse segmento social.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em conjunto com a Lei da Agricultura Familiar, Seguro Rural, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e recentemente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), existente desde a década de 50, mas foi reestruturado a partir desses novos programas, visando atender a aquisição (compra) de alimentos dos agricultores (GAZOLA e SCHNEIDER, 2013).

Segundo Simão et al. (2014), a partir de 2011 o governo Dilma reestrutura uma diversidade de ações do governo federal brasileiro, visando o combate da extrema pobreza, incorporadas ao Plano Brasil Sem Miséria, sendo uma delas o PAA. Por outro lado, verifica-se que:

O PRONAF passou por muitas modificações durante a sua evolução, e algumas das mais importantes e recentes são discutidas na presente seção. O Programa começou em 1995/96, com quatro áreas de atuação básicas: no financiamento do custeio e investimento agrícolas; fornecimento de infraestrutura rural; negociação e articulação de políticas públicas e formação de técnicos extensionistas e agricultores. Nesse momento inicial do programa, as taxas de juros eram altas (12% a.a.) e houve pouco acesso dos agricultores, principalmente em função do desconhecimento da política pelos mesmos e suas organizações, com exceção da região Sul, que, devido ao fato de agricultores serem mais inseridos nas dinâmicas dos mercados, se sobressaiu (ABRAMOVAY e VEIGA, 1999, p. 22).

Um segundo momento inicia em fins da década de 90, mais precisamente em 1999, quando o PRONAF, programa integrante da política brasileira, criado em 1996, durante o governo FHC, pelo Decreto 1.946/1996, tem como foco promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar (IPEA, 1999).

É reconhecido pelo crédito liberado aos agricultores familiares e conta com o sub-programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), de fomento a geração de renda à agroindústria, ao turismo rural, aos biocombustíveis, às plantas medicinais, à cadeia produtiva, seguro agrícola e de preço e contra calamidade decorrente de seca na região nordeste (IPEA, 1999).

O Programa incorpora o público de assentados da reforma agrária, integrantes do extinto Programa de Crédito Especial à Reforma Agrária (PROCERA), criado em 1985, pelo Conselho Monetário Nacional, cujos objetivos visavam aumentar a produção e a produtividade agrícola dos assentados da reforma agrária, com sua inserção plena ao mercado, permitindo sua emancipação e independência da tutela do governo, sendo titulados definitivamente (IPEA, 1999).

A incorporação desse público aos demais agricultores familiares fez com que o PRONAF dividisse esse público nos grupos: "A", "B", "C" e "D", com base no critério da renda bruta anual familiar (BRANCOLINA e GAIGER, 2004). Nesse período, o volume total de recursos não cresceu muito, embora o número de contratos tenha aumentado em função do maior número de agricultores que passam acessar o Programa (GAZOLA e SCHNEIDER, 2013).

Em um terceiro momento, entre os anos de 2003-2008 houve uma redução nas taxas de juros e a principal medida foi diversificar as linhas de financiamento do Programa, incluindo atividades diversas no debate sobre o "novo rural brasileiro" e sobre outros públicos-alvo (GAZOLA e SCHNEIDER, 2013).

Foi nessa fase que se criou o PRONAF Agregar, Mulher, Agroecologia, Turismo Rural, Jovem Rural, Alimentos e outras modalidades. Nessa fase, os grupos do PRONAF apresentam faixas de renda bruta anuais mais alargadas e os grupos "C" e "D" tomam a frente nos financiamentos do Programa, retendo maior parte dos recursos em regiões e agricultores capitalizados (SOUZA et al., 2011). Também nesse período os volumes de crédito disponibilizados são crescentes anualmente (AQUINO e SCHNEIDER, 2010).

Nos últimos anos, o Programa continuou reduzindo os juros em financiamentos, ampliando os volumes de recursos disponibilizados e articulando o PRONAF com outras políticas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei de ATER) e o Seguro Rural, entre outras. Porém, a mudança mais expressiva foi extinguir grupos antigos do Programa e criar novos grupos (microcrédito rural, custeio e investimento à agricultura familiar

e as demais modalidades já evidenciadas, com leves modificações), com faixas de valores de acesso aos recursos e juros específicos por faixa (GAZOLA e SCHNEIDER, 2013).

O surgimento do PRONAF é um marco na intervenção do Estado na agricultura brasileira [...] representa a incorporação efetiva dos agricultores familiares às políticas para o meio rural. Em 2004, Schneider et al. afirmaram que [...] o surgimento do PRONAF representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social - os agricultores familiares - que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultura de subsistência (GAZOLA, 2004, p. 21).

Para o BNDES (2017), o PRONAF se desdobra em subprogramas para financiar e apoiar alguns dos setores da sociedade civil, que necessitam investir em recursos financeiros no Brasil.

- PRONAF Agroindústria: financia aos agricultores e aos produtores rurais familiares, pessoas físicas e jurídicas e as cooperativas a investirem em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola, extrativista, artesanal e de produtos florestais e no apoio à exploração de turismo rural (BNDES, 2017);
- PRONAF Mulher: financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil;
- PRONAF Agroecologia: financiamento a agricultores e produtores rurais familiares e pessoas físicas para investir em sistemas de produção agroecológicos/orgânicos, incluindo custos para implantação e manutenção do empreendimento (BNDES, 2017);
- PRONAF Eco: financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investir no uso de tecnologias de energia renovável e ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e para correção da acidez e fertilidade do solo, visando recuperar e melhorar sua capacidade produtiva (BNDES, 2017);
- PRONAF Mais Alimentos: financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento na estrutura de produção e

serviços, visando aumentar a produtividade e elevar a renda familiar (BNDES, 2017);

Os equipamentos disponíveis aos agricultores encontram-se cadastrados no site Mais Alimentos, no portal da SEAD, dispõe um código que permite financiar maquinários por meio do agente financeiro, estão descritos detalhadamente incluindo marca, modelo, fotos, especificações técnicas sobre o mesmo e preços praticados no Programa Mais Alimentos, sendo mais de dez mil produtos cadastrados (MACHADO, 2017).

- PRONAF Jovem: financiamento aos agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investir em atividades de produção quando o beneficiário for maior de 16 anos e menor de 29, entre outros requisitos (BNDE, 2017);
- PRONAF Microcrédito (GRUPO B): financiamento para agricultores e produtores rurais familiares, como pessoas físicas que tenham obtido renda bruta familiar até R\$ 20 mil em 12 meses de produção normal antecedentes a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) - (BNDE, 2017).
- PRONAF Cota-parte: financiamento para integralizar as cotas-partes por beneficiários do PRONAF associados a cooperativas de produção rural e aplicação em capital de giro, custeio, investimento e saneamento financeiro pela cooperativa (BNDE, 2017).

Desde o surgimento do PRONAF (1996), o Programa se transformou e trouxe saldo positivo para o desenvolvimento rural brasileiro, contribuindo para melhorar as condições de produção e assegurar aos agricultores no campo, aumentar a oferta de alimentos e a produtividade de alguns de seus produtos, gerar ocupação, emprego e renda, refletindo positivamente em alguns indicadores econômicos e produtivos rurais, entre outros efeitos benéficos que os estudos destacam (GAZOLA e SCHNEIDER, 2013).

Em face ao apresentado considera-se necessário que o Programa ande "um passo à frente" na evolução política e ajuste no foco de necessidades da agricultura familiar em suas dimensões, como questões ambientais, estratégias coletivas das famílias, no fomento às pequenas atividades econômicas e produtivas, incentivo à produção de alimentos (no autoconsumo, relacionado à segurança alimentar e nutricional), incorporar as atividades rurais não agrícolas e financiar

empreendimentos que fortaleçam a célula básica da agricultura praticada em pequena escala - pela família (GAZOLA e SCHNEIDER, 2013).

O exposto leva concluir que o PRONAF estimulou o desenvolvimento rural gerando efeitos benéficos nos recursos usados na produção de diversos alimentos básicos (arroz, feijão, leite, frutas, etc.) pelo processo de diversificação da pauta das atividades rurais (pequenos cultivos e criações) e apoio a pequenas iniciativas agropecuárias como implantar hortas, pomares e agroindústria. Esse fortalecimento político revela características periféricas e secundárias nas famílias investigadas pelo pequeno volume de recursos alocados nos fins idealizados. No entanto, ao somar o crédito e o custeio alocados na produção de alimentos em lavouras de trigo, arroz e feijão totalizou somente 21,19%, revelando a dinâmica minorada do Programa (GAZOLA e SCHNEIDER, 2013).

E finalmente, ressalta-se que os programas, projetos, planos e planejamentos desenvolvidos e secretarias criadas com fins específicos entre as décadas de 70 e final da década de 90, serviram de base e ponto de partida para estabelecer os princípios da economia solidária (ES).

E após essa importante etapa foi estabelecida a ES no Brasil, facilitando o surgimento do CEFÚRIA, no Estado do Paraná, assunto para o qual será tratado no capítulo seguinte. Porém, embora existam muitos projetos, programas e planejamentos em torno da ES, mas nem sempre são aplicados a contento e quando não, embora aplicados, não adequadamente, inviabilizando atingir os objetivos propostos e resultados esperados.

4. CENTRO DE FORMAÇÃO IRMÃ ARAÚJO (CEFÚRIA)

4.1 HISTÓRICO

O Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFÚRIA) nasceu com base nas necessidades políticas de contribuir com os movimentos sociais organizados e articulados no pós-ditadura militar, quando as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) inspiradas na Teologia da Libertação passaram a contribuir com a reorganização do povo e com a oferta de oportunidades na educação popular (CEFURIA, 2017).

A modernização conservadora e o progresso tecnológico agrícola em curso no Brasil, na década de 1960, somado aos impactos de eventos climáticos no Estado do Paraná, na década de 1970 e as propostas do planejamento urbano de Curitiba, incorreram em dupla exclusão de direitos de uma parcela significativa desses imigrantes, que saíram do campo em busca de trabalho e melhor qualidade de vida na cidade. E sua instalação em uma região na qual o poder público não previa investimentos, pela franca tendência do planejamento pautar-se no desenvolvimento em direção à noroeste-sudeste, construíram uma infraestrutura urbana praticamente à revelia da administração municipal.

Conforme Garcia (2001), o período da repressão militar vivenciado pelo país nessa época, impedia a organização e a participação popular em espaços de representação social, de forma que a igreja católica se tornou um espaço social importante à representação dessas populações, alternativo e aglutinador dos movimentos populares de reivindicação por direitos.

Os religiosos, influenciados pelas ideologias da Teologia da Libertação, acreditavam na construção de uma igreja para os pobres, resultando nas comunidades eclesiais ampliando a leitura, debate e os reflexos do evangelho, associando situações de carência aos direitos sociais negados e às injustiças sociais nos bairros periféricos das cidades brasileiras. Essa fator foi importante para compreender suas lutas e a história de seu país, entender seu funcionamento social permite identificar as principais causas que motivaram o surgimento do CEFÚRIA e das diferentes classes, porquê dos ricos-pobres, seus direitos, significado político, entre outros fatores, situando em quais contextos se inserem e suas classes sociais.

[...] ao final da década de 1980, com o surgimento dos movimentos pró-participação popular na Constituinte e ainda, a posterior vitória de governos – em âmbito estadual e federal – ligados a princípios neoliberais, o CEFÚRIA mudou o foco de sua ação no intuito de garantir os direitos conquistados no período anterior; para isso, ampliou sua proposta inicial para a economia do país, bem como contrárias a redução das funções do Estado. Tal mudança também implicou na modificação dos métodos utilizados pelo Centro de Formação, que passou a trabalhar na promoção de encontros e seminários, coordenando e articulando organizações em mobilizações como a campanha pela constituinte, o plebiscito contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), contra o pagamento da dívida externa (CAPISTRANO, 2014, p. 45).

Após muitos estudos e debates em torno do assunto, entre as lideranças comunitárias, agentes pastorais, militantes políticos e sociais fundou-se o CEFÚRIA por meio de Assembleia, no mês de agosto de 1981 (CEFURIA, 2017).

A origem do CEFURIA está ligada à história do país, à própria história da sociedade brasileira e, de uma forma mais próxima à história dos movimentos populares. O CEFURIA, no início, foi-se constituindo muito próximo do Movimento de Associações de Bairro de Curitiba e, juntos, foram ampliando a mobilização a outros espaços, como o Movimento contra o Desemprego, as Creches, o Movimento de transporte, todos eles com assessoria e participação do CEFURIA (TRIGO, 2007, p. 52).

A sigla CEFÚRIA significa o nome fantasia do Centro, como é conhecido no Estado do Paraná, cuja finalidade é fortalecer a organização popular das classes menos favorecidas e por meio deles se inserirem nas lutas sociais que se trava entre povo-governo, em busca de melhores condições de vida.

O título é uma homenagem à Irmã Araújo, que dedicou sua vida à iniciativa e organização das pessoas mais pobres na região sul de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil, no sentido de solucionar problemas concretos, especialmente, ligados à saúde humana (CEFURIA, 2017).

[...] os precursores do Centro de Formação foram pessoas que desempenhavam ações educativas nos bairros populares, denominados como “grupão”. A atuação desse grupo foi importante para a emergência das primeiras Comunidades Eclesiais de Base – CEBs – em Curitiba. Participaram do processo de formação de várias associações de moradores, assessoravam e ajudavam na organização de alguns sindicatos do campo e da cidade, favorecendo o processo de mobilização, organização e articulação das classes populares. Seguindo a tendência da época (inícios dos anos 1980), o “grupão” podia ser definido como grupo de intelectuais orgânicos, e vários deles, buscando ser consequentes com seus ideais, decidiram morar nos bairros onde atuavam (GARCUAM apud TRIGO, 2007, p. 52).

Segundo Trigo (2007), os fundadores do CEFÚRIA tinham em comum o contato com monges beneditinos, moradores do Mosteiro da Anunciação de Curitiba, cujos encontros influenciaram o “grupo” de natureza progressista, que passou a refletir sobre as condições de vida das pessoas, a partir da percepção de justiça e superação das desigualdades sociais, com raízes cristãs. E assim, fundou-se o CEFÚRIA, que manteve vínculo junto a Arquidiocese de Curitiba, uma relação que gradativamente deteriorou-se pelas divergências na forma como atuavam, ao incomodar a Igreja tradicional (Arquidiocese) (GARCIA, 2015).

E para executar as atividades, implementaram a Arquidiocese, mas a necessidade de formar novos espaços para atender novas demandas do movimento popular, com uma estrutura mínima para garantir assessoria e formação social nas comunidades, em 28 junho de 1981 discutiram sobre os primeiros passos de fundação do CEFÚRIA, na Capela da comunidade, sito à rua Francisco Derosso, bairro Jardim Maringá. Mas oficialmente, o CEFÚRIA nasceu em Curitiba, em 1º. de agosto do mesmo ano (1981) (CEFURIA, 2017).

O Centro surgiu com base nos ideais de boa parcela do povo brasileiro, sendo sujeitos de direito representam o povo, primando pelo interesse coletivo ganhou espaços e recursos financeiros. Segundo o Padre Miguel, um dos fundadores, enfatiza que as ideias, convicção, colaboração, gratuidade e voluntariado não faltaram para tornar-se realidade no mundo dos fatos (CEFURIA, 2017).

A partir de sua fundação, o Centro passou a acompanhar os movimentos populares por meio de suas atividades, da implementação de cursos, dos encontros, seminários sindicais e populares em espaços comunitários e políticos. E a partir desse momento, passou autoformar-se e autoavaliar-se através de grupos de estudo, reflexão e leitura bíblica, assemelhando-se a uma escola do povo, partindo da cultura popular para superar os preconceitos em torno da noção que se tinha do termo “povo” (TRIGO, 2007).

A criação de um centro para formar a comunidade justifica-se frente um contexto social pujante e pela necessidade de organizar os movimentos populares urbanos para superar a ditadura militar e seus efeitos, efetivando direitos em favor de melhores condições de vida.

A efervescência urbana em Curitiba, similar a outras cidades no Brasil, trouxe suas raízes do meio rural, no tecnicismo e na profissionalização da lavoura,

impulsionando o deslocamento de pessoas do meio rural às cidades, provocando migração dos espaços rurais ao urbano, redirecionando o ambiente agrícola em virtude da tecnologia, a qual dispensou o homem da terra, expulsando do campo, elemento esses que provocar deslocamento para cidades maiores (TRIGO, 2007).

O homem se consolidou no meio urbano, mas às margens desse centro as populações passaram a deslocar-se para a periferia, em muitos casos, não dispunham de infraestrutura urbana básica necessária. E assim, quem chegava do meio rural se instalava em lugares economicamente acessíveis, faltando-lhe condições básicas (infraestrutura) para moradia (TRIGO, 2007).

Foi devido a este processo que os bairros Boqueirão e Xaxim se tornaram intensamente povoados, embora especialistas recomendassem sobre questões habitacionais urbanas e alertassem sobre as condições inaptas de vivenda nesses lugares, haja vista as constantes inundações, mas mesmo assim:

[...] a região sudeste de Curitiba, especialmente, os bairros Xaxim e Boqueirão [...] e seus arredores reuniam, no final dos anos 60 e início da década de 70, uma série de condições que favoreceram o surgimento de movimentos populares. [...] era uma região marcada por problemas decorrentes da ocupação desordenada do solo, através de loteamentos clandestinos, ocupação de terrenos habitacionais e núcleos de desfavelamento (GARCIA, 2015, p. 7).

E assim sendo, surgiram novas formas de fazer política partindo do bairro, que tendia a afastar as práticas clientelistas, assistencialistas e autoritárias, comuns em períodos anteriores à década de 60, historicamente percebida no Brasil, a época do populismo (NEVES, 2006). E assim sendo, os atores sociais surgiram das lutas que se desdobraram em novos espaços rumo ao campo político, distante do tradicional.

O CEFÚRIA emergiu nesse contexto, despertando para ações coletivas, que permaneceram em silêncio desde a ditadura de 1964, perdurando alguns anos. O centro surgiu da necessidade orgânica dos setores populares e nas demandas urbanas sob frágil estigma de suas populações.

Segundo Telles, por meio do CEFÚRIA as pessoas despertaram para o campo da mobilização social, transitando por espaços sociais passam a construir seu próprio espaço coletivo e individual em meio às lutas populares em Curitiba, prática essa que se constrói no cotidiano, sendo a moradia e a sociabilidade o

ponto-alvo a ser atingido, com vistas ao drama do dia-a-dia. As dificuldades manifestadas nas condições de vida se traduziam em carências urbanas, comuns em todos os espaços habitacionais. E assim, partindo do lugar e das condições de vida, tais elementos faziam sentido para revitalizar a mobilização coletiva (Quem é o autor aqui? apud SCHERER-WARREN e KRISCHKE, 1987).

Telles (1987) evidenciou o deslocamento de personagens, reconhecendo os sujeitos sociais, até então não situados dentro da ação coletiva e com sentimento de pertença da classe operária. E assim, os sujeitos situados em espaços distintos da categoria do trabalho organizavam sua própria ação coletiva, modos peculiares de vida se constituíam em reflexão intelectual, como os movimentos populares urbanos.

A nova denominação confere estatuto teórico a movimentos sem respaldo em referenciais tradicionais para análise de classes operárias, cujo campo a Teologia da Libertação (TL) influencia a participação de pessoas em ações coletivas populares, definindo elementos valorativos de justiça e solidariedade para promover a organização e mobilização na América Latina. Na perspectiva da TL, considera-se que o homem é sujeito de sua história ao promover as pessoas envolvidas em valores cristãos inserindo em movimentos populares. E foi partindo da TL e das CEBs que o CEFURIA foi construído, visando compreender o mundo e a sociedade tendo como base valores e crenças ideológicas do grupo (SCHERER-WARREN, 1993).

O que se percebe é que as pessoas recriaram uma “religião politizada” e assim promoveram espaços de reflexão sobre as condições de vida real, por meio da ação prática. Estudiosos como Scherer-Warren (1993) comentam sobre a vertente da TL como utopia na sociedade contemporânea da América Latina.

[...] valoriza-se o compromisso com a realidade histórica presente em que a Igreja exerce sua missão. Todavia, este compromisso implica uma avaliação das condições de existência da maioria populacional. Como na realidade histórica latino-americana, a maioria do povo encontra-se submetido a situações de opressão, miséria, a não cidadania, a meta fundamental desta teologia vem a ser a busca de mecanismos que possibilitem a libertação destas variadas formas de opressão (SCHERER-WARREN, 1993, p. 33).

E assim, consolidar grupos com valores cristãos estende-se para além das entidades eclesiais, organizadas como pastorais por pessoas comprometidas a realidade da sociedade, surgindo as CEBs que passam a dar suporte às pessoas e

grupos perseguidos pela ditadura militar - como no caso do surgimento do CEFÚRIA.

Desde o final da década de 1970, e início da década de 1980, o CEFÚRIA passou ser pensado, a partir de diversos movimentos populares que construíam as bases para recuperar a vida política democrática no Brasil. Souza (2006) define as bases ideológicas das contradições em que a sociedade está inserida, as desigualdades promotoras da ação e o protagonismo da ação coletiva em Curitiba, e assim destaca que:

[...] a nossa sociedade é uma sociedade dividida – entre classes sociais – pobres e ricos, trabalhadores e patrões, entre os que sabem e os que não têm acesso ao saber; entre os que vivem de seu trabalho e os que vivem da exploração do trabalho alheio. Esta é a realidade de uma sociedade que se organiza sob o modo de produção capitalista. E nada do que existe dentro dela pode escapar à lógica. A sociedade capitalista é uma sociedade esquizofrênica, dilacerada (SOUZA, 2006, p. 11).

O CEFÚRIA trabalha no sentido de emancipar o povo, por meio da formação da plena cidadania, especialmente, as classes menos privilegiadas, para que tenham vez e voz na sociedade, aposta na construção e na consolidação de instrumentos que auxiliem a superar as contradições capitalistas e avancem rumo ao socialismo. E assim, luta por um socialismo original, denominado “nova sociedade” por militantes cristãos. Souza (2006) se refere ao conteúdo do estatuto de fundação do CEFÚRIA como um instrumento importante para orientar os princípios da entidade:

Apoio e ajuda às iniciativas do povo, fundamentando-se nos princípios evangélicos e caracterizando-se por uma prática de respeito profundo aos valores culturais e religiosos do povo; atuando na perspectiva de uma sociedade justa; e marcando sua autonomia em relação a qualquer outra entidade (SOUZA, 2006, p. 14).

São princípios que se traduzem nos “grandes significados” que as pessoas compartilham, dando suporte a suas atividades e ação política. Significados que os sujeitos participantes compartilham, mas que, em suas singularidades e na prática da vida militante, vivenciam de uma forma particular, a partir de suas histórias, de suas delimitações, fazendo as suas subjetividades.

Dentro dos marcos da institucionalização, o CEFÚRIA é um centro de formação que dá subsídios a diferentes grupos para a reivindicação de interesses e necessidades de setores desfavorecidos da sociedade.

O CEFÚRIA se encontra localizado em um prédio relativamente antigo no centro de Curitiba, no Edifício Astor, na Galeria Andrade. Seu portal lembra que os elementos ideológicos perpassam sua prática. Existem cartazes que incitam o sonho por um mundo melhor, retratos que denunciam as injustiças e as desigualdades sociais, fotos que expressam a pobreza e textos feitos por artistas que noticiam a vida (TRIGO, 2007). No *hall* de entrada, junto à recepção são oferecidos, para venda e empréstimo livros e vídeos sobre temas ligados às lutas enfrentadas pela instituição. Há também exposição de artesanatos sobre ES, dispondo à vista produtos comercializáveis.

Embora a promoção do CEFÚRIA decorra do interesse e de motivações comuns, não está livre de conflitos uma vez que seus militantes partem dos próprios conflitos, impulsionando-o à ação e permite renovar seu planejamento e direcionamento. Por fim, o resultado das lutas sociais e suas conquistas foram colhidos na década de 1980, quando instalados os postos de saúde em bairros e buscada soluções para enchentes que ocorriam nas periferias, relocadas as moradias para áreas de menor risco, com melhorias no transporte coletivo e demais benefícios conquistados. Nota-se assim que o poder real não está nos palácios, porém, na força organizada e consciente do povo, sendo os movimentos sociais a expressão desta nova consciência.

No que se refere ao conceito e objetivos, tem-se que o CEFÚRIA é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e sua finalidade é fortalecer a organização popular e as lutas do povo por melhores condições de vida, recebeu esse nome em homenagem à Irmã Araújo, cuja vida foi dedicada à organização dos pobres da região sul de Curitiba para solução de seus problemas (CEFURIA, 2017).

O centro visa construir o protagonismo popular, contribuir para o processo de formação da cidadania plena e auxiliar o povo a ter vez e voz pública, uma vez que quando consciente e organizado não será manipulado ou explorado, não permitirá que os seus sonhos sejam reduzidos ao simples consumismo, que naturalmente aumentará o distanciamento entre classe de pobres e ricos, destruindo a natureza e inviabilizando a sobrevivência de futuras gerações (TRIGO, 2007). E quanto aos objetivos da entidade procura:

[...] construir o protagonismo popular, contribuir na formação da cidadania plena, ajudar o povo a ter vez e voz. Um povo consciente e organizado não se deixa manipular, nem explorar. Não permite que seus sonhos sejam reduzidos à busca desenfreada pelo consumo, que só faz aumentar a distância entre pobres e ricos, além de destruir a natureza, inviabilizando a vida das novas gerações (TRIGO, 2007, p. 54).

O CEFÚRIA pretende construir o protagonismo popular, contribuir para formar a cidadania plena, ajudar o povo ter vez e voz, acreditando que um povo consciente e organizado jamais se deixa ser manipulado ou explorado, não permitirá que seus sonhos sejam reduzidos ao consumo, cuja prática aumenta a distância entre os pobres e ricos, além de destruir a natureza, inviabilizar a vida de novas e futuras gerações.

É por meio dos serviços realizados em suas áreas de atuação que o Centro promove palestras, cursos e debates, acompanhando os grupos de base, registrando suas lutas na mídia digital e na imprensa, disponibiliza temáticas para estudo, análise e pesquisa e apoia as mobilizações sociais.

Entre os principais serviços prestados e as áreas de atuação, o CEFURIA trabalha em parceria solidária com outras entidades como Videoteca Popular, Quem TV Produções, Editora Gráfica Popular, Casa do Trabalhador, Centro de Documentação e Biblioteca Popular Mara Vallauri, Lojinha Solidária, Escola de Formação Política Milton Santos e Lorenzo Milani, Projeto Rede da Vida, Talher Fome Zero, Economia Popular Solidária, Comunicação Popular e Projeto Popular para o Brasil.

Dessa forma, o referido Centro visa contribuir para formação política e articulação dos movimentos populares do município de Curitiba e Região Metropolitana. E assim, desde sua criação, em 1981, utiliza como via para atingir seus resultados, a educação popular como ferramenta de trabalho junto aos grupos de base para empoderar os/as trabalhadores/as na construção do Projeto Popular para o Brasil.

Nesse contexto, a atuação com padarias populares configura uma importante atuação social no contexto laboral e de formação de renda. Segundo o SINTRASCOOPA (2017), o ramo de panificação, confeitaria e artesanato de materiais reciclados e cosméticos, elaborados a partir de produtos naturais, são atividades ligadas à ES, que ajudam as pessoas em situação de rua em Curitiba a perceberem novas perspectivas de vida e de trabalho.

O Ministério do Trabalho investiu cerca de R\$ 1,48 milhões por meio do Programa Nacional de Associativismo e Cooperativismo Social (PRONACOOOP), em convênio com o CEFÚRIA para desenvolver atividades que atenderam mil pessoas em dois anos. Para aproximar essa população da ES, o CEFÚRIA mapeou as pessoas em situação de rua na cidade, identificou seu perfil e demais aspectos relacionados, incluindo escolaridade e conhecimentos profissionais.

Ronaldo Nogueira, O ministro do Trabalho, entende que essa iniciativa permite emancipar um grande número de indivíduos e famílias, que saem do assistencialismo e migram para o campo da autonomia e independência, através da geração do emprego, renda e colaboração solidário. Segundo Nogueira "os projetos foram desenvolvidos para que cidadãos em vulnerabilidade social resgassem a dignidade por meio do trabalho, estão sendo protagonistas da própria transformação social e econômica" (SINTRASCOOPA, 2017).

Os integrantes do projeto participaram de oficinas em ES, de rodas de conversa com temáticas sobre os direitos humanos, direitos de pessoas em situação de rua, que fosse necessária formação técnica, no sentido de que se dirijam a si próprios e caminhem rumo a uma vida justa e igualitária segundo preconiza os princípios da ES (SINTRASCOOPA, 2017).

3.3 O PAPEL DO TRABALHO POPULAR NO EMPODERAMENTO DOS TRABALHADORES

Glicimar Bueno, coordenadora do CEFÚRIA em Curitiba, afirma que o Centro utiliza um método de trabalho que resulta em empreendimentos autogeridos. Uma das oficinas feitas pelo Centro, voltadas para a área de alimentação foi a Panificação Básica, realizada em uma das padarias comunitárias da Rede Fermento na Massa. Segundo Bueno, a oficina: "foi uma forma de aproximar a população em situação de rua de um empreendimento econômico solidário existente" (SINTRASCOOPA, 2017).

O espaço da padaria comunitária possui um modelo de gestão coletiva, nele ninguém decide sozinho, mas em grupo, dividem custos e sobras. Segundo Bueno, existem cerca de trinta padarias comunitárias organizadas na rede Fermento na Massa, distribuídas em diversas regiões do Paraná e seus representantes se

reúnem uma vez por mês em Conselho Gestor ES. Onze delas participaram da oficina de Panificação Básica e Confeitaria; mas também foram feitas oficinas de artesanato de acessórios para uso pessoal a partir de produtos recicláveis e cosméticos naturais. Cada oficina reuniu dez pessoas. E além dos aspectos técnicos de produção, os participantes debateram questões relacionadas à manutenção dos EES: gestão, desenvolvimento comercial, precificação, rótulo, apresentação dos produtos e política em ES (SINTRASCOOPA, 2017).

Bueno destaca ainda que, embora nem sempre os participantes se adaptem ao formato da ES e, as vezes, optem por trabalhar por conta, de forma individual, saem empoderados deste processos formativos, em condições de lutar pelo direito de que sejam desenvolvidas políticas públicas e sintam-se prontos para saírem das ruas por meio da ES (SINTRASCOOPA, 2017).

Segundo Silva (2007), a conscientização popular se dá a partir da ação assumida pelo povo e suas ações devem responder necessidades globais e específicas. Nesse contexto, o papel da teoria é aprofundar a prática do povo, para que possa perceber os caminhos.

No entanto, segundo Silva (2007), os integrantes dos processos de ES devem dominar o conhecimento científico e lutar pela transformação da sociedade, por meio do estudo e constância e, embora este seja um processo longo e difícil, regado à avanços e recuos, as pessoas podem construir, dirigir e liderar a partir das capacidades de base. Segundo o Plano Nacional de ES (2015-2019), verifica-se que as Bases de Assessoramento em Economia Solidária (BASES):

[...] são institucionalidades que prestam um ou mais tipos de serviços de apoio aos processos organizativos, produtivos e comerciais da economia solidária. As BASES apresentam naturezas de institucionalidades diversas, podendo ser ONGs (formato jurídico de associação sem fins lucrativos); Cooperativas de serviço e produção; Universidades; dentre outras. Normalmente as BASES fazem assessoramento no campo da: a) Organização da Produção; b) Desenvolvimento das capacidades técnicas e gerenciais dos EES; c) Consultorias especializadas no Desenvolvimento de Estudos de mercado, elaboração de Estudos de Potencialidades Econômicas dos territórios, desenvolvimento de Planos Territoriais de Cadeias, desenvolvimento de selos, marcas e produtos; elaboração de planos de vida dos EES; d) inserção em mercados diversificados; e) Acesso a políticas públicas; f) Constituição e/ou fortalecimento de redes socioeconômicas (1º PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - 2015-2019-GLOSSÁRIO).

E partindo disso espera-se que a classe trabalhadora transforme a sociedade capitalista para que se possa contribuir para encontrar soluções para os problemas do povo, sem remendos ou reformas, já que o capitalismo exclui a base, concentrando as riquezas nas mãos de alguns poucos somente (SILVA, 2007).

O processo de transformação das estruturas sociais, de onde emergem esses novos sujeitos é o procedimento central e base de uma educação progressiva e de promoção das liberdades, que ocorre em uma práxis libertadora. Não somente inteligência teórica ou moral e desbloqueio provoca tensão de ordem mais efetiva, na palavras de Freire, educação de pessoas vítimas de um processo histórico próprio, comunitário e real, pelo qual deixa de ser vítima, funda-se no:

[...] o ciclo gnosiológico não termina na etapa da aquisição do conhecimento já existente [...] se prolonga até a fase da criação do novo conhecimento, a conscientização não pode parar na etapa do desvelamento da realidade. A sua autenticidade se dá quando a prática do desvelamento da realidade constitui uma unidade dinâmica e dialética com a prática da transformação da realidade (SILVA, 2007, p. 160).

Segundo Castel (2001), o trabalho popular faz multiplicar os(a) companheiros(as) de jornada, envolver cada dia mais pessoas na luta, mas ao mesmo tempo as pessoas tem que ser esclarecidas para serem competentes, militantes e automaticamente acender a outros valores.

A educação é um trabalho longo e coletivo, feito pela ajuda de todos, em que cada participante deve ser parte interessada e estar interessado pela causa do bem comum, sentir-se parte, e jamais sentir-se excluído (SILVA, 2007).

O trabalho social tem natureza emancipatória e de promoção da autonomia do sujeito, mas em sua trajetória traz conflitos, normalmente, pela configuração de campos que contraditam os interesses envolvidos, uma vez que seus líderes de base nem sempre apresentam interesses similares aos da maioria em questão e quando não, possuem interesses imediatistas, no curto prazo. No entanto, os dirigentes da liderança de base representa o povo e seus interesses jamais deveriam ser contrários aos do povo pelo qual representam, uma vez que patrões e fazendeiros, auxiliados pela força e pelo poder do Estado, submetem os trabalhadores a alcova, impedindo de serem libertos da classe dominante (CASTEL, 2001).

O trabalho popular não inventa suas necessidades e lutas, canaliza esforços da base em direção aos interesses de sua maioria, colocando os pontos da base em movimento, em direção igualitária para atingir aos seus objetivos (SILVA, 2007). É um tipo de trabalho que não pode ser paternalista, nem criar dependência entre o agente e a base.

O povo deve participar de todo o processo, sentir-se sujeito nessa luta, quem não é sujeito transforma-se em marionete e tarefeiro, portanto, massa de manobra. Deve-se planejar, aprender a planejar, estabelecer metas, propor atividades, combinar prazos, distribuir recursos e serviços, cobrar responsabilidades e avaliar resultados (CASTEL, 2001).

O CEFÚRIA desenvolve suas atividades através do recebimento de recursos públicos angariados via editais, partindo da colaboração financeira oriunda das SENAES, de fundações sociais, mas especialmente, de congregações religiosas, que contribuem para construir um Projeto Popular para o Brasil. No entanto, necessita da colaboração dessas entidades, de órgãos públicos e demais organismos que se voluntariem (SILVA, 2009).

A contratação é feita via chama pública por edital, para angariar parcerias com essas entidades para convocação interessados, sendo o convite ostensivo aos interessados da sociedade civil, com cotação prévia de preços – menor preço -, deliberados em assembleia geral ordinária, com indicação de candidatos para as primeira e segunda convocação, apresentando os resultados finais do processo seletivo para contratação de pessoa física/jurídica também via edital. Nesse contexto, a contratação permite cumprir as metas estabelecidas pelo projeto básico e pelo plano de trabalho, segundo o convênio estabelecido entre o CEFÚRIA, a SENAES e o MTE.

Os programas sociais, na condição de empreendedorismo social, de natureza privada, financiados com recursos públicos, como no caso do CEFURIA, tem como foco promover um processo emancipatório aos usuários, que são as comunidades carentes que possuam organização de moradores estruturada para desempenhar os programas e pessoas interessadas na filosofia “socialista” da instituição, cujo aceso se dá por meio do desempenhar do programa nos moldes ensinados pela instituição (SILVA, 2009).

4.1 Poderão participar desta cotação, os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da cotação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive, quanto à documentação, constantes deste termo de referência e seus anexos, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Termo de Referência.

4.2. As participantes da cotação de preços deverão atender às condições deste termo de referência e seus anexos e apresentar os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia, autenticada em Cartório de Notas e Ofício competente (TERMO DE REFERÊNCIA, 2018).

Entre os impactos gerados pelo programa está o preparo dos beneficiados de forma indireta, por meio dos princípios ensinados, mais que sua prática, o que possibilita ampliar o cenário sócio-político dos participantes, ao envolver comunidades em projetos de sustentabilidade em longo prazo, sendo a entidade dispensada da prestação de contas sobre seu desempenho (SILVA, 2009).

3.5 PADARIAS COMUNITÁRIAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBA-PR

Em Curitiba, Estado do Paraná, Brasil, as padarias comunitárias estão presentes desde 1996, com a proposta de contribuir com as famílias mais empobrecidas na região sul desse mesmo município, havendo, tanto a formação urbana como rural.

O principal objetivo das padarias comunitárias é proporcionar conhecimento aos menos favorecidos, que desejam ter uma oportunidade de trabalho em destaque, através de um emprego no setor, aprendendo por meio de cursos técnicos que trarão novas perspectivas às pessoas sem outra opção profissional. Em geral, o projeto é realizado em parceria com profissionais especializados de escolas como SENAI e SENAC, os quais ensinam diferentes técnicas em áreas específicas como empreendedorismo, conceitos básicos de nutrição e técnicas de confeitaria (PERFECTA, 2018).

A formação profissional do sujeito, através da padaria comunitária transforma o setor, preparando-o para as transformações necessárias que ocorrem no mercado de trabalho. A iniciativa contribui e conduz às pessoas a melhora de sua condição de vida (PERFECTA, 2018).

O projeto de padarias comunitárias é construído sempre em parceria entre o CEFURIA, o Ministério do Trabalho e Emprego, através da SENAES –, que visam

estimular e fortalecer a prática da ES junto a população menos favorecida de Curitiba e seus arredores.

Segundo Ribeiro e Razzolini Filho (2010), essas iniciativas constroem sua história, desde então. Em 2010 havia 21 padaria comunitária e 2 cozinhas industriais em Curitiba e Região Metropolitana e 120 pessoas associadas, sendo a maioria delas mulheres, como: mães, donas de casa, desempregadas que cursaram somente o primeiro grau e participavam de algum grupo comunitário.

Em notícia recente, de produção do próprio CEFÚRIA (2016), a experiência do coletivo mostra que a ES é uma realidade presente em Curitiba, tanto, que a Rede Paranaense de Padarias Comunitárias Fermento na Massa reúne um total de 30 padarias comunitárias, dados do mês de março/2016, entre os município de Curitiba e Região Metropolitana (CEFÚRIA, 2016).

Nair de Queiroz da Cunha, integrante da Rede, comenta que o grupo funciona coletivamente, geralmente, as padarias comunitárias da Rede produzem pães duas vezes por semana, sendo os demais dias reservados para formação e aperfeiçoamento de seus integrantes, com produção mensal de 25-30 mil unidades de pães (CEFÚRIA, 2016).

As mulheres representam 95% das 120 pessoas que integram as padarias. Algumas das integrantes possuem idade mais avançada, e em alguns casos não possuem marido ou filhos, como em um exemplo de uma colega, trazido por Nair. A padaria é a vida dela. Ela não sabe ler, e trabalha mais devagar, por conta da idade, mas a gente vai ajudando ela (CEFÚRIA, 2016).

As panificadoras comunitárias representa uma alternativa à lógica excludente de produção e consumo capitalista. A ES traz imbuído princípios de autogestão, cooperação e solidariedade, pois há espaço para todos (CEFÚRIA, 2016).

As experiências de pessoas que praticam a ES em Curitiba são, em diversos aspectos, próximas à população em situação de rua, pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho, sofrida por mulheres com filhos, pessoas com mais idade e àqueles em situação de rua. No entanto, experiências de outros Estados brasileiros indicam que é possível (CEFÚRIA, 2016).

Salgados, bolos e conservas são produzidos e comercializados pelo grupo, que divide de forma igual a renda produzida – que não é muita, mas é

importante. “Esse pouco [dinheiro] encheu nossos olhos, porque nos faz sentir população produtora, conta Ludwig (CEFÚRIA, 2016).

A Assistente social, integrante da coordenação do CEFURIA, Vanda de Assis destaca a importância da troca de experiências com outros Estados, em relação à ES e às próprias padarias comunitárias (CEFÚRIA, 2016).

O trabalho desenvolvido pela associação e seus membros promove à inclusão social, geração de emprego, renda e a construção de um mundo melhor. No entanto, além de temas ligados à alimentação, respectivas matérias primas, técnicas, processos, equipamentos e segurança alimentar – o grupo se interessa com temas envolvendo meio ambiente, cidadania, direitos humanos, educação, política e fé ou espiritualidade (RIBEIRO e RAZZOLINI FILHO, 2010).

Atualmente, conta com 30 padarias que integram a rede paranaense de ES no ramo de alimentos, 18 delas localizadas no próprio município, especialmente, na região sul, e outras 12 estão espalhadas em nove municípios do Estado, incluindo Almirante Tamandaré, Colombo, Piraquara, Campo do Tenente, Quitandinha, Pinhais, Lapa, Irati e Mallet (CEFÚRIA, 2016).

Segundo o CEFÚRIA (2016): “as mulheres são 86,49% das participantes em padarias comunitárias”, tendo como norte os princípios de solidariedade, amizade e construção coletiva, funcionando como ingredientes que multiplicam as sementes do progresso cooperativo.

Esses empreendimentos produzem e comercializam pães, bolos, bolachas e doces de forma coletiva e cooperada, com base na ótica da Economia Popular Solidária. Segundo um levantamento realizado pela Associação de Padarias Comunitárias, em 2015, trinta grupos utilizavam mensalmente doze toneladas de trigo, produziam 18 mil pães caseiros e faturavam R\$ 100 mil bruto, totalizando 1,2 milhão em doze meses (CEFÚRIA, 2016). Segundo o Plano Nacional de ES (2015-2019), no Estado do Paraná, a iniciativa da ES funda-se em quatro pilares essenciais:

Autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses etc.;

Cooperação: organizações coletivas associativas com existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de meios de produção, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária;

Dimensão Econômica: agregação de esforços e recursos para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo, envolvendo elementos de viabilidade econômica permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais;
Solidariedade: expressa a justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável local, territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar de consumidores/as; e no respeito aos direitos dos trabalhadores/as (PLANO NACIONAL DE ES (2015-2019).

As mulheres geram renda às famílias com seu trabalho nas padarias e dessa forma, a atividade contribui para o resgate da dignidade e autoestima de pessoas excluídas do mercado de trabalho. Conforme afirma Antonio Bez, que atua junto à Rede como educador popular do CEFÚRIA: “desde seu início com o trabalho coletivo, autogestionário e solidário as padarias fazem a diferença na vida das pessoas e [...] na comunidade onde está atuando” (CEFÚRIA, 2016).

Silvanira de Freitas, uma das integrantes da Padaria Nossa Senhora Aparecida, localizada no bairro Xaxim, relata que sua participação na atividade coletiva ajudou em sua trajetória de vida, relevando o seguinte: “por mais complicado que sejam os problemas que eu tenho, pra mim foi uma benção eu entrar aqui, porque o problema de depressão que eu tinha, hoje eu posso constatar até com o próprio médico que eu não tenho mais” (CEFÚRIA, 2016). Sobre o funcionamento do empreendimento, Freitas enfatiza:

[...] a rotina é como outro trabalho normal. Eu encho a bicicleta já de cara com 40 pães, uma sacola com mais 10 ou 12 pacotes de bolacha. Então eu saio, vou vendendo, vou entregando, vou pra escola, vou pra rua e enquanto não acaba eu não volto (CEFURIA, 2016).

João Swaab, um consumidor das padarias comunitárias na região de Curitiba afirmou que opta por consumir os produtos do grupo porque percebe que o coletivo não visa apenas o lucro. Destacou que a iniciativa comunitária opera mediante os princípios de solidariedade e da dignidade humana, ressaltando que “[...] a questão da alimentação mais saudável, natural e artesanal, que é o que eu priorizo” (CEFÚRIA, 2016).

Ao completar 10 anos de existência da Associação de Cozinhas e Padarias Comunitárias Fermento na Massa, o CEFURIA e a Associação Fermento na Massa

comemoraram o Encontro Estadual de Economia Solidária, em 26 de março de 2017, no setor de Educação Profissional e Tecnológica da UFPR, no Jardim das Américas, em Curitiba, permitindo refletir sobre a conjuntura participativa, com oficinas sobre o fundo solidário, incidência política, comercialização, articulação territorial e feira de trocas (CEFÚRIA, 2017).

4. RELATANDO A ECOSOL NO PARANÁ

4.1 PRESENÇA DO GOVERNO DO PARANÁ NA ECOSOL

No Estado do Paraná, Brasil, a presença da ES no Estado, de sua estrutura econômica, política e social, conduz a alterações devido às transformações que ocorreram na base produtiva, sempre acompanhadas pela trajetória de segregação e desigualdade social.

No Brasil e no mundo a reestruturação produtiva capitalista é mediada pelo fenômeno de mundialização do capital, expressa com maior ênfase ao longo das últimas décadas, responsável por aprofundar a crise do trabalho, emprego e renda, aumentando os índices de desemprego, precarização das relações de trabalho, crescimento da pobreza e aceleração da exclusão social (PARANÁ, 2017). Conforme reportagem de Hissig (2018):

O índice de desemprego no Paraná caiu pelo quarto trimestre consecutivo e fechou 2017 em 8,3%. A taxa corresponde a 495 mil pessoas sem ocupação, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada [...] pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O **Estado** tem a maior taxa de desocupação no Sul do país. Santa Catarina, que tem o menor índice de desemprego no Brasil, fechou 2017 com 6,3%. O Rio Grande do Sul tem taxa de desocupação de 8%. No cenário nacional, o Paraná aparece com o 6ª menor índice de desemprego. [...]

Segundo a Folha de Londrina (2017), o professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Marcelo Curado comenta tratar-se:

[...] da mais dura recessão vivida no Brasil contemporâneo. [...] se a gente dividisse tudo o que é gerado no Brasil pelo número de habitantes, é como se a gente praticamente tivesse regredido para o ano de 2010. A sociedade brasileira não consegue gerar mais produtos. Estamos praticamente estagnados. [...] famílias das classes **C**, **D** e **E** foram as mais afetadas pelo ciclo formado pela redução no número de empregos, a queda na renda mensal, a diminuição no consumo e, conseqüentemente, na produção. Toda crise traz um aprendizado. Neste caso, talvez, a gente tenha acreditado que o Brasil tivesse chegado a um ponto de desenvolvimento que não chegou. Isso gerou um certo exagero e uma bolha de consumo.

O Estado do Paraná é composto por 2,3% do Território nacional, responsável por cerca de 1/5 da produção nacional de grãos, composto por 220

cooperativas, em torno de 1,3 milhões de associados, faturando cerca de R\$ 60,3 bilhões/ano (PARANÁ, 2017).

Segundo as Diretrizes de Gestão para o Sistema Viário Metropolitano (2016), a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) está situada, em grande parte, no primeiro planalto paranaense, com altas declividades ao norte, a Serra do Mar a leste, um relevo plano ao sul e topografias diferenciadas em espigões e vales a oeste, abrange uma área de 13.038 km², composta por 25 municípios e uma população de 2.431.804 habitantes (1996), correspondente a 27% da população no Estado. Estudos de 2015 apontam que é a nona mais populosa do país, com 3,5 milhões de pessoas.

Segundo Silva e Nagen (2011), ao mapear o Estado do Paraná foram encontradas 808 empreendimentos de economia solidária (EES), em 2011, com predomínio aos empreendimentos que desenvolviam atividades, sendo 47% delas essencialmente urbanas, 33% rurais e outras 20% eram rurais e urbanas.

Segundo Zanchete (2008), nessas EES predominavam mulheres em grupos com menor número de associados e maior número no ramo de confecção e artigos têxteis, processamento de alimentos e artesanato, tendo como principais envolvidos uma comunidade de mulheres, cujas categorias eram responsáveis por 24% dos EES no Estado do Paraná.

A motivação para constituir as EES, cujas atividades congregam um maior número de homens são em segmentos ligados à agricultura, pecuária e reciclagem motivadas no desemprego, como forma complementar à renda e ao desenvolvimento de atividades onde todos sejam donos de seu próprio negócio. Nesse sentido, a ES é reconhecida por grande maioria dos associados como alternativa para gerar trabalho e renda (SILVA e NAGEN, 2011).

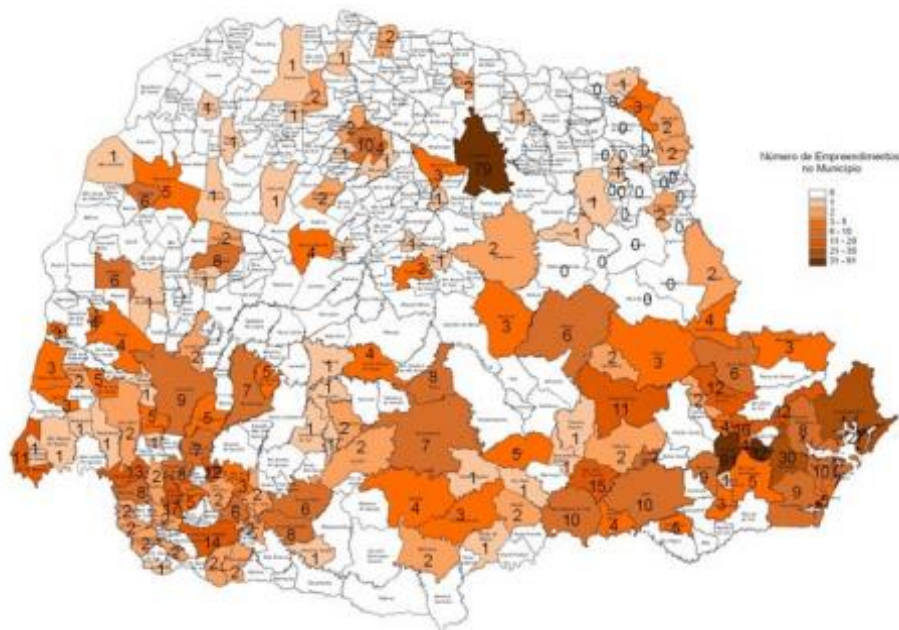
No Estado do Paraná, com base em estudos realizados em 2005 e complementados em 2007, foram cadastrados no SIES 808 EES reunindo 143 municípios e sua distribuição espacial pode ser observada à seguir, segundo a Figura 1 (ZANCHETE, 2008).

Os EES estão presentes em pouco mais de 1/3 dos municípios paranaenses no período, os EES se concentravam na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e Londrina, principais aglomerados urbanos do Estado. No entanto, a RMC e microrregião de Londrina agregavam 36,6% da população total do Estado do Paraná, estimada na época, em 10 milhões pessoas (SILVA e NAGEN, 2011). Em

2017, segundo o IBGE, a população estimada do Estado totalizou 11.320.892 habitantes.

Em relação à forma de organização, do total de EES cadastradas no Estado do Paraná 482 eram de responsabilidade de grupos informais, não possuíam nenhum tipo de registro legal ou formal junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais e outros 235 eram formalmente registrados tendo natureza jurídica de associação (SILVA e NAGEN, 2011).

FIGURA 1: Economia solidária no Estado do Paraná



após o ano de 2001 e 244 deles tiveram início entre 1991-2000, somente 58 foram criados anterior a 1990. Na entrevista realizada durante o estudo verificou-se que 706 dos EES estavam em funcionamento e 106 encontravam-se em fase de implantação. Convém ressaltar que o apoio do governo federal às atividades econômicas com gestão solidária após 2003 foi enorme, evidenciada no levantamento de campo realizado pelo estudo. A criação desses empreendimentos teve como resposta o desemprego e a necessidade de complementar a renda dos associados e na expectativa de obter ganhos melhores junto aos empreendimentos associativos (SILVA e NAGEN, 2011).

Em relação à área de atuação, os empreendimentos foram classificados como rurais, urbanos e mistos. E dos empreendimentos paranaenses cadastrados, 379 EES tinham uma atuação exclusivamente na área urbana e 264 eram na esfera rural. A alternativa mista (rural-urbana) foi prevista para situações em que o empreendimento apresentasse atuação na área rural, conjuntamente com atividades desenvolvidas em áreas urbanas. No Estado do Paraná foram cadastrados 163 EES com características similares.

À exemplo de alternativa mista, houve empreendimentos cuja produção ocorria em estabelecimentos agropecuários uma vez que a unidade de beneficiamento tinha sede em município ou distrito, no caso de laticínios com unidades retiradas pelo próprio município. Essa área de atuação recebe incentivo das políticas públicas operacionalizadas por recursos públicos de políticas setoriais. Houve capacitação dos trabalhadores envolvidos em atividades econômicas com sede em áreas urbanas beneficiando-se de recursos oriundos do Ministério do Trabalho e Emprego, já os trabalhadores rurais tinham acesso aos recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (ZANCHETE, 2008).

Ao tipificar e dimensionar a atividade econômica em ES identificou-se até três atividades principais, descritas no levantamento em campo. Ao incluir dados no sistema informatizado utilizou-se a codificação da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), um importante instrumento de análise aos dados administrativos e fiscais permitindo desagregar as atividades econômicas em seção, divisão, grupo, classe e subclasse (SILVA e NAGEN, 2011).

Verificou-se que 62,3% dos EES no Paraná estavam inseridos na indústria da transformação (495), um setor dinâmico da economia paranaense, já em menor

proporção nos setores da agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal (139) (SILVA e NAGEN, 2011).

As atividades econômicas ligadas à indústria da transformação mais frequentes nos empreendimentos paranaenses referem-se aos artefatos, artigos têxteis, vestuário, produtos alimentícios e em madeira, cortiça e trançados, exceto móveis, porém, outras atividades identificadas referem-se ao comércio atacadista, crédito cooperativo, reciclagem de sucatas não metálicas, comércio atacadista de resíduos, sucatas de outros EES cadastrados (SILVA e NAGEN, 2011).

O Sistema de Informações de Economia Solidária (SIES) constitui fonte relevante de informações para o desenvolvimento de políticas públicas que visem elevar a performance econômica e a inclusão de pessoas desagregadas no país, evidencia as características dos EES em nível nacional, por Unidade da Federação (UF) e por município (SILVA e NAGEN, 2011).

Tendo como base o mapeamento da ES verifica-se que os empreendimentos cadastrados no Estado do Paraná se relacionam aos setores mais dinâmicos do mercado de trabalho, com destaque à indústria da transformação na área têxtil. Entretanto, as características predominantes de boa parte dos empreendimentos – recente, informal e criados como uma alternativa de desemprego – indicam fragilidade e refletem na dificuldade de inserção no mercado de trabalho de parcela da população economicamente ativa (SILVA e NAGEN, 2011).

4.2 A LEI 14.786/2016 E A EXPERIÊNCIA EM CURITIBA

A Lei n. 14.786/2016 instituiu a política municipal de fomento à economia popular solidária (EPS), na capital do Estado do Paraná e criou o Conselho Municipal de Economia Popular Solidária, tendo os princípios traçados pelas políticas e diretrizes da ES como objetivo principal gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda, mas representa um desafio às autoridades da Secretaria do Estado, Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP), especialmente, aos gestores que procuram desenvolver o associativismo social em sua plenitude (BRASIL, 2016).

A ES engloba um grande número de EES no Brasil, reúne entidades públicas, de assessoria, fomento, gestão, representação ou da iniciativa privada, segundo preconiza a Lei municipal n. 14.786/2016, em seu art. 3º.:

Art. 3º. O setor da economia popular solidária é constituído por:

I - empreendimentos solidários;

II - entidades de assessoria, fomento, gestão e representação;

III - entidades públicas;

IV - iniciativa privada.

Parágrafo único. A atuação da iniciativa privada será em caráter complementar, desde que sejam observados os princípios da economia popular e solidária (CURITIBA, 2016).

A referida Lei regula os EES com base nos princípios que regulam a economia popular no país, com reservas, permitindo a existência de EES e sua intermediação, por entidades de assessoria, fomento, gestão e representação social por entidades da iniciativa público-privada na capital (Curitiba). Nesse sentido, verifica-se que o art. 4º. da Lei n. 14.786/2016 trata da política municipal de fomento aos EES:

Art. 4º. A formulação, gestão e execução da **política municipal de fomento à economia popular e solidária** serão acompanhadas pelo Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego, devendo ser articuladas com as políticas voltadas para a preservação ambiental, turismo, educação, cultura, promoção social e abastecimento e desenvolvimento científico e tecnológico.

Art. 5º A Política Municipal de Fomento à Economia Popular e Solidária, para atingir seus objetivos, deverá promover a elaboração e a compatibilização de ações específicas, a partir dos seguintes princípios e instrumentos gerais:

I - geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática e da solidariedade;

II - distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente;

III - autogestão;

IV - desenvolvimento integrado e sustentável;

V - respeito ao equilíbrio dos ecossistemas;

VI - valorização do ser humano e do trabalho;

VII - estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres;

VIII - empoderamento social;

IX - valorização da cultura;

X - respeito aos costumes e tradições culturais;

XI - segurança no trabalho e a qualidade de vida do trabalhador (CURITIBA, 2016).

A Lei n. 14.786/2016, em seu art. 6º. estabelece os objetivos das políticas públicas destinadas ao fomento da ES, no município de Curitiba, conforme dispõe a seguir:

Art. 6º. Serão considerados como objetivos da Política Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária:

- I - gerar trabalho e renda com qualidade de vida;
- II - estimular a organização popular e registro de empreendimentos da economia popular e solidária, através de divulgação e participação ativa do Município;
- III - facilitar o registro de empreendimentos da economia popular e solidária, tornando-o um processo mais célere e menos burocrático;
- IV - apoiar a introdução e registro de novos produtos, processos e serviços no mercado;
- V - agregar o conhecimento e a incorporação de tecnologias nos empreendimentos da economia popular e solidária, com vistas a promover a redução da vulnerabilidade, a prevenção da falência dos empreendimentos e a consolidação daqueles que tenham potencial de crescimento, inclusive buscando integrar os empreendimentos no mercado e tornar suas atividades autossustentáveis;
- VI - promover a associação entre pesquisadores, parceiros e empreendimentos, estimulando a produção intelectual sobre o tema, como estudos, pesquisas, publicações e material didático de apoio aos empreendimentos da economia popular e solidária;
- VII - criar e consolidar a cultura empreendedora, baseada nos valores da economia popular e solidária;
- VIII - educar, formar e capacitar tecnicamente os trabalhadores dos empreendimentos da economia popular e solidária;
- IX - articular Municípios, Estados e União visando à uniformização da legislação;
- X - constituir e manter atualizado um banco de dados de cadastro dos empreendimentos de economia popular e solidária que cumpram os requisitos desta Lei;
- XI - constituir e manter atualizado um banco de dados, com toda a legislação existente no tocante à economia popular e solidária, com intuito de contribuir com o Poder Público na necessidade de criação de legislação pertinente;
- XII - promover os fundamentos da economia popular e solidária junto às escolas existentes no Município;
- XIII - desenvolver as relações humanas, promovendo cursos e treinamentos aos novos empreendimentos;
- XIV - articular com outras políticas, como segurança alimentar e nutricional e valorização das comunidades tradicionais;
- XV - apoiar o desenvolvimento de tecnologias apropriadas aos empreendimentos de economia popular e solidária;
- XVI - dar suporte financeiro às iniciativas de políticas públicas municipais de economia popular e solidária;
- XVII - apoiar e incentivar a política de segurança no trabalho nos empreendimentos de economia popular e solidária;
- XVIII - apoiar e incentivar a política de apoio à comercialização de produtos e serviços da economia popular e solidária;
- XIX - fomentar a criação da rede local e metropolitana de economia popular e solidária;
- XX - garantir a disponibilização de espaços apropriados à comercialização de produtos e serviços dos empreendimentos da economia popular e solidária (CURITIBA, 2016).

Segundo o entendimento do autor desta pesquisa, a necessidade de gerar oportunidades de trabalho e renda não basta para gerar os resultados ideais, mediante o desenvolvimento de políticas macroeconômicas. O crescimento econômico não resulta em novos postos de trabalho e oportunidades a todos ou

conduz a uma melhor distribuição de renda, deve haver educação, formação da consciência social e formação profissional, são esses fatores que alavancam a nação.

Segundo Freitas (2012), a dinâmica de mercado que vige no Brasil é por certo incompatível com um modelo de vida digno, necessário, para grande maioria das pessoas. Na atualidade, exigem-se alternativas que viabilizem o trabalho de inclusão social através de um conjunto de políticas públicas que instituem medidas que priorizem fontes de trabalho e renda, na busca de resultados para superar a miséria no país, por meio de políticas públicas micro e macroeconômicas articuladas e iniciativas estratégias locais. É sob essa perspectiva que o SETP apoia e fortalece a iniciativa econômica popular, na busca de mudanças no modelo concentrador de riquezas visando reduzir as desigualdades sociais.

A Lei n. 14.786/2016, no seu art. 7º. estabelece que compete ao município desenvolver condições de existência e fortalecimento aos EEP¹ ou EES:

Art. 7º. Compete ao Poder Executivo Municipal propiciar as condições e elementos básicos aos empreendimentos de economia popular e solidária para o fomento de sua política e formação.

Parágrafo único. Dentre as condições mencionadas no caput deste artigo, deverá o Poder Público implementar primordialmente:

I - apoiar financeiramente e fomentar a constituição de patrimônio, na forma da lei;

II - incentivar e viabilizar linhas de crédito especiais, com taxas de juros e garantias diferenciadas, adequadas à realidade dos trabalhadores da economia popular e solidária;

III - realizar convênios, acordos e outros ajustes possíveis com órgãos públicos, nas três esferas de governo;

VI - apoiar a realização de eventos de economia popular e solidária;

VII - apoiar permanentemente a produção e comercialização;

VIII - permitir a utilização de equipamentos e maquinários de propriedade do Município e suas empresas controladas para produção industrial e artesanal, conforme sua deliberação e disposição;

IX - prover assessoria técnica necessária à organização, produção e comercialização dos produtos e serviços, assim como à elaboração de projetos de trabalho;

X - estudar instituir registro gratuito de organizações e empresas solidárias, na competência do Município;

XI - disponibilizar fundos para pesquisas e identificação de cadeias produtivas solidárias;

XII - apoiar a incubação de empreendimentos da economia popular e solidária.

Art. 8º A utilização de espaços, equipamentos e maquinário públicos prevista no artigo anterior, encontrar-se-á sujeita às regras de uso previstas nos termos da permissão de uso, que conterà as obrigações dos permissionários, ou outra forma determinada em contrato firmado entre o Município e as entidades beneficiárias.

¹ Empreendimentos de economia popular ou empreendimentos de economia solidária.

Parágrafo único. As permissões e as concessões de uso devem assegurar sua duração pelo prazo de uso necessário e adequado ao projeto do empreendimento, que será verificado em cada caso concreto (ESTADO DO PARANÁ, 2016).

Trata-se de um movimento importante no apoio à iniciativa econômica popular em direção à mudança do paradigma econômico vigentes. A ES compreende um conjunto de atividades e a concessão de limite de crédito, organizada sob a forma de propriedade coletiva do capital, pela via da participação democrática de seus membros (FREITAS, 2012).

O mecanismo de trabalho articulado surgiu em situação de vulnerabilidade e fragilidade da economia brasileira, marcada pela extrema escassez da disponibilidade de capital, porém, onde existe uma força de trabalho abundante. Nesse sentido, a SETP, aposta na ES, pois nesse sistema de produção o trabalho comanda o capital e o gera como dividendos, favorecendo o surgimento de uma economia mais humanizada e solidária, com cidadãos mais conscientes de seu papel na comunidade (FREITAS JUNIOR et al., 2010).

No Brasil, o desemprego crônico se origina no tratamento dado pelos diversos governos que passaram durante centenas de anos por décadas seguidas, ou melhor, desde que o Brasil foi descoberto, nos idos de 1500. Segundo Freitas Junior et al. (2010), dessa forma, presente o Estado, mas tão somente abranda o problema que insiste em permanecer, sem interesse político em chegar a um denominador, aquilatam-se os dominados, enquanto o Estado centraliza o poder nas mãos de poucos, que comandam as classes de vulneráveis.

E nesse contexto nota-se que as políticas públicas e a figura jurídica desse mesmo Estado, criada pelo Direito, não dá prioridade a expansão do emprego típico, porém, desenvolve um conjunto de medidas para estimular a ocupação remunerada, embora precária, transitória, com modestos níveis de retribuição (FREITAS JUNIOR et al., 2010).

No Brasil, desde a década de 1990 há inversão nos empregos assalariados, quando em cada dez empregos criados somente três são assalariados, somente um deles no modo contratualizado, que significa um empregado com Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada, sendo os outros dois informais e, portanto, ilegais. Os demais postos de trabalho não são nem legais, nem ilegais, são na verdade alegais, não dispendo de legislação específica para essa forma de

ocupação, o que remete para um vazio jurídico-regulatório nessa massa de trabalhadores.

Implementar o cooperativismo e o associativismo social é uma resposta aos problemas econômicos e sociais vividos pela classe de dominados no Brasil, no transcorrer de décadas e um enfrentamento a crise do emprego e do trabalho assalariado.

Nesse viés, nota-se que o cooperativismo versus associativismo representa um dos eixos de desenvolvimento no campo econômico e social e confere factibilidade aos comandos normativos constitucionais do princípio solidário nele insculpido. Esses valores se fundam na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 3º, inciso I e art. 5º, inciso XVIII, art. 174, parágrafo 2º, que estimulam o associativismo e o cooperativismo como forma de organização da atividade econômica, como formas capazes de resgatar a primazia do trabalho humano como valor fundante e ordem econômica previsto nos arts. 1º. e 170 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Porém, com todo o aparato legal ainda existem lacunas a serem preenchidas pelo legislador, uma vez que o segmento do cooperativismo é relativamente complexo, carecendo de novo aporte normativo recente para adequar as novas necessidades dos cooperados.

5. PROPOSTA DE UM MODELO

5.1 COMO E PORQUE NASCEU A PROPOSTA-MODELO

Partindo do interesse relatado inicialmente no item “experiência do autor com o CEFÚRIA”, na introdução, passou a identificar-se com o problema de pesquisa, com o devido tratamento visando a solução do problema, por meio do estudo científico, para conjecturar as motivações mais substanciais em pesquisas dessa natureza, porte e profundidade.

Esses procedimentos iniciais culminaram na necessidade de apresentar uma proposta-modelo à direção do Fórum Paranaense de Economia Solidária e ao governo do Estado do Paraná, especificamente, à área de políticas públicas. Todavia, ressalta-se que o referido Fórum detém a responsabilidade de cooperar com as políticas públicas dos EES no Estado do Paraná.

E, acredita-se que após apresentada, analisada e aprovada a proposta-modelo pelos seus destinatários: Fórum Paranaense de Economia Solidária e ao governo do Estado do Paraná, desenvolvida nessa dissertação, possibilitará às autoridades implementarem melhores políticas públicas em ES no Estado objeto de estudo, podendo estender-se aos demais Estados brasileiros.

A proposta-modelo contempla a participação de representantes do setor de ES no município de Curitiba, Estado do Paraná, com uma representação tripartite nos municípios para discutir problemas relacionados à ES e realização de Fóruns Regionais sobre ES para formar centros públicos para comercializar os produtos, por meio da ES e dos conselhos municipais em ES e dos fóruns regionais, os quais irão discutir a política estadual de ES junto aos governos estaduais, visando construir políticas públicas municipais e estaduais de desenvolvimento nas regionais do Estado, incluindo as regiões Norte, Sul, Sudoeste e Centro-oeste.

5.2 A PROPOSTA-MODELO

No Brasil, as políticas públicas destinadas ao atendimento da proposta traçada pelos EES representam uma conquista importante com início em meio a um

movimento nebuloso e tímido de atendimento às pessoas necessitadas, socialmente mais vulneráveis no país. Esse novo procedimento contribuiu para reintegrar pessoas desempregadas decorrente de crises internas, de forma a se organizarem em companhias de autogestão.

E nesse contexto mostra que a presença do governo foi fundamental para fomentar a iniciativa de empreendimentos no segmento de ES, em resposta às necessidades apoio e ajuda humanitária à resolução do desemprego e da exclusão social pernicioso, em cumprimento aos direitos e garantias fundamentais do cidadão.

O modelo a ser apresentado para os representantes do setor em ES no município, e para o próprio Estado do Paraná, parte de três questões essenciais, que será: (i) criar uma representação tripartite inovatória nos municípios para discussão de problemas relacionais a ES; (ii) realização de Fóruns Regionais de ECOSOL para discussão da ES e formação de novos centros para comercializar produtos em ES na capital/Estado (iii); os conselhos municipais em ES e os fóruns regionais discutirão as lacunas da política estadual de ES junto aos governos estaduais no sentido de constituir políticas públicas municipais e estaduais para o desenvolvimento de todas as regiões do Estado, que conta com as regiões Norte, Sul, Sudoeste e Centro-oeste.

5.3 O MODELO PROPOSTO

Em um primeiro momento o modelo contempla criar ambientes municipais e estaduais para discutir, por meio da representação tripartite entre os: Conselhos Municipais em ES, que contará com o Poder Público Municipal, representantes municipais dos EES e representantes de entidades de apoio a ES, incluindo o CEFURIA, incubadoras de Universidades Estaduais, como: UNITRABALHO de Maringá, Cooperativa Central, entre outras, que visem discutir a criação, desenvolvimento e execução de políticas públicas em ES para o município de Curitiba, ostensiva aos demais municípios do Estado (Figura 2).

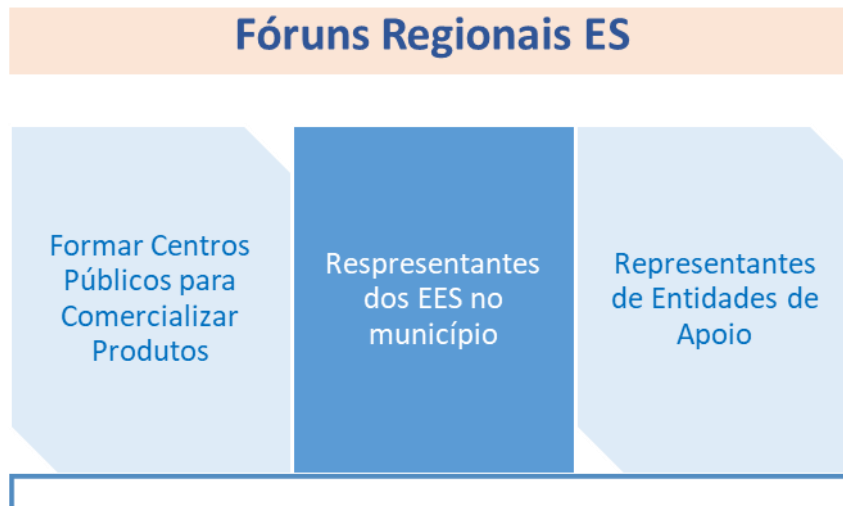
FIGURA 2: Conselhos municipais tripartite



FONTE: O autor (2017).

Em um segundo momento sugere-se realizar Fóruns Regionais em ES para que seja discutida a formação de centro públicos para comercializar produtos em ES, nos três segmentos: alimentação vestuário e reciclagem (Figura 3).

FIGURA 3: Fóruns regionais em ES



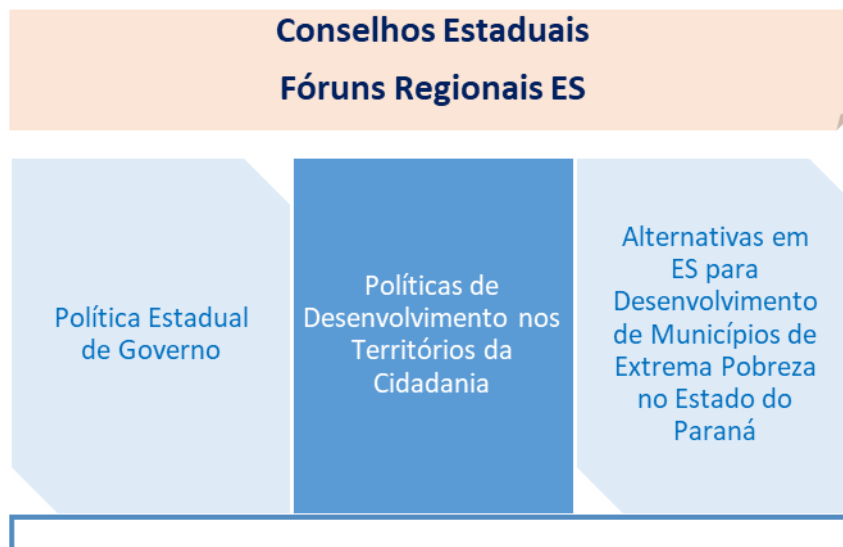
FONTE: O autor (2017).

Em um terceiro momento sugere-se reunir os Conselhos Municipais e Fóruns Regionais em ES, incumbindo da responsabilidade de discutir sobre as políticas públicas estaduais de ES, com os governos estaduais, no sentido de contribuir para gerar políticas de desenvolvimento em todas as regiões, principalmente, com vistas ao desenvolvimento dos grupos e comunidades que

atuam por meio da ES nos territórios da cidadania (que incluem as regiões Norte, Sul, Sudoeste e Centro-oeste – colocar territórios da cidadania no paraná) e discutir uma alternativa dentro da ES com foco para desenvolver os municípios de extrema pobreza no Estado do Paraná.

Silva e Nagem (2011) entendem que o segmento da ES conta com os EES envolvendo cooperativas, associaes, bancos comunitários, empresas recuperadas e outros, mas existem outras organizaes que atuam no fomento e no apoio desses empreendimentos, como a Rede Nacional de Gestores Públicos em ES que funciona como gestora pública organizada em rede (Figura 4).

FIGURA 4: Conselhos regionais e frums regionais em ES



FONTE: O autor (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à ES, no Estado do Paraná há espaço para todos os que desejam trabalhar cooperativamente. É um ambiente onde o trabalhador terá oportunidade de trocar esforços, conhecimentos e habilidades por renda como fonte de subsistência e dignidade da pessoa humana.

A ES engloba fatores econômicos, solidariedade e trabalho em seu processo e desenvolvimento, avançando junto às pessoas e organizações, o que permite aos trabalhadores definirem seu trabalhos e renda.

O universo da ES estabelecidas no Estado do Paraná aponta números expressivos, segundo dados trazidos pelo SIES, somando, ao todo 808 (dados de 2011) EES pesquisados e um total de 64.846 trabalhadores envolvidos diretamente. Segundo as características empíricas apresentadas pode-se inferir que a formação desses empreendimentos deu-se a partir dos espaços de proximidade, que propiciam determinadas relações de identidade entre atores, como de parentesco, vizinhança ou amizade, com forte enraizamento na realidade local. Esses espaços encerram distintas institucionalidades implícitas às relações de mercado próprias do capitalismo.

Porém, os quesitos informalidade, dificuldades de acesso ao mercado e ausência de capital de giro foram os maiores desafios registrados pelas EES no Estado do Paraná. Entre as potencialidades da classe está o aumento no número de EES, articulação em fóruns e redes, envolvimento desses organismos com as ONGs e o desenvolvimento de projetos de assistência técnica, extensão e acompanhamento no fomento de iniciativas e sua inserção nas esferas do poder público.

Notou-se que grande parte dos empreendimentos de ES surgiram pela mobilização de entidades sindicais, do trabalho de pastorais, incubadoras universitárias de cooperativismo e outros organismos de fomento para dar forma à organização e ao trabalho cooperativo.

Em termos gerais, no Paraná os EES são majoritariamente urbanos, diverso do restante do cenário no país, com experiências recentes, alguns menos de 5 anos de existência. Entre os associados predomina o gênero masculino (62%). No entanto, as mulheres são maioria entre grupos de até 20 associados, nos quais

predominam atividades de artesanato e confecção. O alto grau de informalidade dos EES constitui 59% do total, algo que preocupa.

Em 2011 somente 11% dos trabalhadores em ES eram registrados na modalidade de cooperativas, em diversos segmentos, dados esses que fortalecem debates sobre propostas de alteração da legislação cooperativista brasileira.

No Brasil, a lei geral sobre cooperativismo, promulgada em 1971 é fruto das discussões aquilatadas envolvendo grandes cooperativas agrícolas no auge da chamada Revolução Verde, desde então, embora recebeu pressões constantes através de propostas de modificação, mas ainda assim não ganhou as alterações e adequações necessárias, mesmo com as transformações das novas formas de organização do trabalho associado no Brasil.

Na atualidade, procura-se desenvolver propostas de revisão do marco legal do cooperativismo, com o desenvolvimento de estudos envolvendo artigos, teses e dissertações de mestrado e doutorado, o permite maior flexibilidade e facilidade aos novos grupos se inserirem formalmente nessa estratégia.

Em se tratando das motivações para EES o estudo aponta que a organização desses empreendimentos ocorreu com a auto-organização, para fazer frente ao desemprego e aumentar a renda familiar. No entanto, grande maioria não consegue atingir remuneração que garanta plena satisfação de necessidades básicas. Cerca de 60% dos trabalhadores envolvidos apresentam renda mensal até 1 salário mínimo. E o desafio de gerar maior renda monetária reside na necessidade de ampliar o acesso a mercados e criar outras formas de comercialização, como redes e cadeias solidárias, uma vez que a comercialização permanece como principal fonte desses empreendimentos. A dificuldade de acesso a obter linhas de crédito para investimento em atividades produtivas é uma problemática diagnosticada, na prática.

Em termos de organização para a gestão, a participação de seus membros e a disponibilização das informações aos associados são as principais características do processo de gestão desse tipo de empreendimento. Há um percentual considerável de EES que participam de redes articuladas entre os EES e em entidades de apoio. No entanto, muitos estão inseridos em movimentos sociais e participam de atividades comunitárias trazendo interatividade com o ambiente político que os rodeia.

O estudo levou a concluir que no Paraná, a ES, apresenta uma realidade institucional e competitiva frágil no sentido de firmar-se como alternativa consolidada às contradições do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo. No entanto, está em curso um arranjo organizacional considerável que atua segundo preceitos da solidariedade e cooperação.

Notou-se que existem diversas entidades de classe, ONGs, universidades públicas e privadas, cooperativas e órgãos públicos envolvidos no apoio e representação dos empreendimentos já existentes. Entretanto, grande parte das ações realizadas ocorre de modo isolado, sem um projeto que possa garantir aos empreendimentos um ambiente favorável como alternativa viável e sustentável para que a população possa trabalhar em seu próprio negócio, necessitando de pesquisas de profundidade para analisar com exatidão tais questionamentos.

Percebeu-se ainda que regulamentações que regem tais EES, porém, a carência de um marco legal que classifique, regulamente e determine os incentivos necessários e garanta possibilidades reais para que esses empreendimentos arisquem formalmente no mundo dos negócios é outro fator que desestimula o desenvolvimento desses EES e o surgimento de outros.

Nesse sentido, pode-se dizer que vencer os obstáculos contribui para desenvolver um conjunto de ações de apoio a serem desencadeadas, mas devem passar pelo crivo de formação e qualificação ocupacional; assessoria técnica aos arranjos produtivos solidários; desenvolvimento e acesso a tecnologias mais adequadas; crédito e microfinanciamento; organização da demanda e da inovação: compras públicas, mercado e oferta, incluindo logística e infraestrutura para produtos; finalmente, um marco legal regulatório para o setor. Todavia, entre os elementos citados diversos autores estudam a realidade dos EES no Brasil e em outros países, com ênfase aos mesmos elementos.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas o número de EES cresce ao longo dos anos no Estado e em escala nacional, pois um número considerável de trabalhadores está envolvido nessas atividades, convivem com as dificuldades e buscam explorar as suas potencialidades. Nota-se que tal fato contribui para legitimar a ES no cenário político paranaense e em nível nacional.

Na atualidade, prefeituras, estados e o governo federal, por meio das SENAES, têm desenvolvido estruturas administrativas para criar um ambiente

institucional apropriado para dar viabilidade às experiências em ES no Brasil e no Estado do Paraná.

O conceito de ES está intimamente relacionado à organização de produtores, consumidores, poupadores e outros, distintos pelas suas especificidades que atuam, ao estimular a solidariedade entre seus membros mediante a prática de autogestão entre os trabalhadores do setor, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

A ES contribui para responder positivamente ao sistema altamente excludente segundo o sistema capitalista conduziu, o que permite grande parte do Brasil e em nível mundial perceber que é possível trabalhar com justiça, consumo consciente e desenvolvimento solidário por meio da organização de pessoas.

O alicerce dos princípios da ES está enraizado em um nível social histórico profundo, intrínseco à realidade de cada trabalhador explorado pelo capitalismo em sua dignidade humana.

O trabalho coletivo é uma espécie de resgate social da dignidade humana, uma possibilidade de organizar os trabalhadores por meio de associações, sindicatos e cooperativas, construída pelos próprios trabalhadores, valorizando o SER, não o TER. Nesse sentido, percebe-se que o cooperativismo social atua no ramo de artesanato, panificação/alimentação, confecção, catadores de material reciclado, pesca, jardinagem, saúde mental, agricultura familiar, recuperação de empresas, artefatos de madeira e outros segmentos em processo de organização das atividades.

Por meio da ES, oficinas, palestras e da participação coletiva em atividades criadas para fins diversos que permite promover um senso crítico e aumentar o comprometimento do coletivo de pessoas. Ao participar conhecem-se outras pessoas e novas formas de empreendimento, fortalecendo toda a cadeia de entidades que pretendem fazer valer a existência de suas atividades.

A ES fundamenta-se em três segmentos importantes: empreendimentos, que são grupos que realizam a produção coletiva, venda e troca de produtos, os apoiadores, que se caracterizam pelas ONGs, sindicatos, universidade, faculdades e entidades que trabalham na organização de grupos, por fim, os gestores, que se configuram como: o governo federal, estadual, prefeituras e entidades de classe, como o Ministério do Trabalho e Emprego, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

A proposta da ES é completa em seu viés, cuja proposta é trabalhar recuperar o meio ambiente, mas muito especialmente recuperar o ser humano, onde não há espaço para grandes empreendimentos e grupos econômicos, mas para que o homem se encontre como sujeito em um mundo de direitos.

Alguns fatores importantes devem ser abordados nessa finalização para que centralizar o que pode ser melhorado. Há necessidade de conquistar novos mercados, promover maiores incentivos governamentais, uma maior garantia de emprego e renda aos trabalhadores, divulgação e difusão da ES junto à sociedade, incentivo à produção pelo governo federal, estadual e municipal a essa nova forma de produção, formular estratégias para organizar o consumo com base nos princípios de ES, análise de viabilidade autogestionária, qualificação da assessoria técnica, entre outros. Todos esses fatores devem convergir no sentido de contribuir para se construir um plano nacional de ES, visando promover o direito e a igualdade de condições, para que o trabalhador possa viver de forma associativa e sustentável.

A dificuldade para produzir as condições necessárias de produção e comercialização para sobrevivência e melhoria da condição de existência dos EES não tem impossibilitado seu crescimento, especialmente, no processo de organização da agricultura familiar, nas atividades artesanais, na coleta e reciclagem de materiais sólidos. Veja-se que essas atividades compreendem cerca de 80% da ES no país, recuperando a dificuldade na comercialização, produção e consumo, sendo fundamental ao setor da ES.

A formação de grupos cooperativos e associações tendo como base os princípios de ES é crescente no Brasil e no mundo, reúne 21.859 EES mapeados em 52% dos municípios brasileiros, encontradas 48% EES no meio rural e 41% no segmento da agropecuária, extrativismo e pesca.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Texto para discussão n. 641**. Brasília-DF, Convênio FIPE/IPEA 07/97. Abril de 1999, 51p.
- AGUIAR, Cristina Silveira; REIS, Carlos Nelson dos. As origens do cooperativismo e o contraponto aos males das metamorfoses do mundo do trabalho. **Sociedade em Debate**. 2002;8(3):149-185.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecología**: bases científicas para una agricultura sustentable. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999.
- _____.; YURJEVIC, Andrés. La Agroecología y el desarrollo en América Latina. In: Agroecología y Desarrollo. **Revista del CLADES**. 1991;1(1):25-36.
- AQUINO, J. R. e SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural. **Anais em CD-ROM**. VIII Congresso da ALASRU...Porto de Galinhas/PE. 2010;(1):20.
- BAGGIO, Francisco Adelar. **Elementos do cooperativismo e administração rural**. Ijuí: Fidene, 1983.
- BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.
- BERGAMASCO, Sônia M. P.; CARMO, Maristela S. Reforma agrária dá certo? O (in)sucesso dos assentamentos de trabalhadores rurais. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. 1991;21:60-68.
- BERGAMASCO, Sônia M. P.; NORDER, Luiz A. C. **A alternativa dos assentamentos rurais**: organização social, trabalho e política. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- BIALOSKORSKI NETO, S. Governança e perspectivas do cooperativismo. I **Workshop Internacional de Tendências do Cooperativismo**, PENSA/FUNDACE/FEARP-USP, p. 17-35, 1998.
- BENECK, Dieter W. **Cooperação e desenvolvimento**: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países de terceiro mundo. Porto Alegre: Coojornal Assocene, 1980.
- BENINI, Edis; FARIA, Maurício Sardá de; NOVAES, Henrique T.; DAGNINO, Renato. **Gestão pública e sociedade**: fundamental e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

BERGONSI, Sandra Suely Soares; LACERDA, Gustavo Biscaia de. **Cooperativismo, economia solidária e inclusão social: métodos e abordagens**. Curitiba: PROEC, 2007. 246p.

BORDIEU. A mão esquerda e a mão direita do Estado. Livro contrafogos. **Estrutura de classes no Brasil contemporâneo**. (1991). Paris. Apostila. Fundação Perseu Abramo. Maio 2016.

BORGES, Juliano Luis. Ruralidades e meio ambiente MST: do produtivismo a agroecologia. Sociologia & Política. **I Seminário Nacional de Sociologia e Política UFPR**, 2009. Sociedade e Política em Tempos de Incertezas. Grupo De Trabalho 7.

BRANCOLINA e GAIGER (2004). In: GAZOLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Rev Econ Sociol Rural** 2013;51(1).

BRASIL. **Lei n. 14.786**, de 23 de fevereiro de 2016, institui a política municipal de fomento à economia popular solidária e cria o conselho municipal de economia popular solidária.

_____. Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003/2010. 8 anos de economia solidária no governo federal. Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **1º Plano nacional de economia solidária (2016-2019)**. Brasília, 2015.

_____. **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019)**. Disponível em <<http://www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2016/09/GLOSS%C3%81RIO-1%C2%BA-PLANO-NACIONAL-ECOSOL.pdf>>. Acesso em 22 abr 2018.

BERTUCCI, Jonas. **A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte**. [Dissertação]. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BERTUCCI; A. A. Economia Popular Solidária. **Revista de Conjuntura**. 2002;(II):11: 17- 24.

CAPISTRANO, Milena de Oliveira Werneck. **Cultivando alimentos e significados: um estudo de caso da reconexão entre produtores e consumidores no PAA**. [Dissertação]. Universidade Federal de Santa Maria/RS. 2014. Disponível em <<http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/8914/CAPISTRANO%2c%20MILENA%20DE%20OLIVEIRA%20WERNECK%20DE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 23 dez 2017.

CARDOSO, Eulália E. Trabalho coletivo nos assentamentos de reforma agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, 1994;4(3):140-153.

CEFURIA. **Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo**. (2017). Disponível em: <<http://www.cefuria.org.br>>. Acesso em 9 dez 2017.

_____. **Termo de referência.** (2018). Disponível em <<http://www.cefuria.org.br/files/2016/11/Termo-de-Refer%C3%AAncia-0042016.pdf>>. Acesso em 24 abr 2018.

_____. Encontro Estadual de Economia Solidária será realizado em Curitiba. (2016). Disponível em <<http://www.cefuria.org.br/2017/03/16/encontro-estadual-de-economia-solidaria-sera-realizado-em-curitiba/>>. Acesso em 01 mai 2018.

CEFÚRIA. **Seminário aponta que relação entre economia solidária e população em situação de rua é possível.** (2016). Disponível em <<http://www.cefuria.org.br/2016/05/04/seminario-aponta-que-relacao-entre-economia-solidaria-e-populacao-em-situacao-de-rua-e-possivel/>>. Acesso em 30 abr 2018.

CENTRAL de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – UNISOL. **O que é economia solidária.** Disponível em <<http://www.unisolbrasil.org.br/o-que-e-economia-solidaria/>>. Acesso em 17 nov 2017.

CENTRO de Formação Urbano Rural Irmã Araújo – CEFURIA. **Histórico.** 2017. Disponível em <<http://www.cefuria.org.br/historico-2/>>. Acesso em 10 out 2017.

CHAVES, Rafael; MONZÓN, José Luis. The Social Economy in the European Union. **European Economic and Social Committee.** 2003.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Trabalho associado e mudança social: uma leitura a partir das experiências do MST. In: DalRi, Neusa Maria (org.) **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina.** Associação das Universidades Grupo Montevideu. São Paulo: Cultura Acadêmica. Marília: Oficina Universitária; Montevideu: PROCOAS, 2010. 276p.

I CONAES. 1ª. Conferência Nacional de Economia Solidária. **Anais.** Brasília: SENAES/MTE, 2006.

CONCRAB. Evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999). **Caderno de Cooperação Agrícola.** n. 8. São Paulo: Concrab/MST, 1999.

_____. **Cooperativas de produção:** questões práticas. São Paulo: Concrab/MST, 1996.

_____. Sistema cooperativista dos assentados. **Caderno de Cooperação Agrícola.** n. 5. São Paulo: Concrab/MST, 1997.

CORRÊA, Ciro E.; MONTEIRO, Dênis. O MST e a campanha sementes patrimônio dos povos a serviço da humanidade. **Agriculturas.** 2004;1:40-43.

COSTA NETO, Canrobert P. L.; CANAVESI, Flaviane. Sustentabilidade em assentamentos rurais. O MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil? In: ALIMONDA, Héctor (Org.). **Ecologia política:** naturaleza, sociedad y utopia. México: Clacso, 2002. p. 203-215.

COSTA, L. de S. O cooperativismo: uma breve reflexão teórica. **VI Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel**. Unioeste. Cascavel-PR. 2007. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/trabalhos.html>>. Acesso em: 11 agos 2017.

COSTABEBER, José A. **Transição agroecológica**: rumo à sustentabilidade. Agriculturas, Rio de Janeiro, vol. 3, nº 3, p. 04-05, out, 2006.

CONFERÊNCIA Nacional de Economia Solidária - III CONAES. **Conferências Temáticas**. Documentos Finais. Brasília, 2014.

D'INCAO, Maria C.; ROY Gérard. **Nós, cidadãos**: aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

EID, Farid; BUENO, Eloísa P. A organização da produção em cooperativas de reforma agrária. **XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 1999. ENA (Encontro Nacional de Agroecologia). Carta Política do II ENA. Recife, 2006.

Encontro Estadual de Economia Solidária será realizado em Curitiba. (2017). Disponível em <<http://www.cefuria.org.br/2016/06/17/livro-sobre-as-padarias-comunitarias-do-parana-sera-lancado-neste-sabado/>>. Acesso em 27 dez 2017.

FABRINI, J. E; MARCOS, V. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **A territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST - Brasil**. (1998). Disponível em <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1495-4357-1-PB.PDF>>. Acesso em 27 dez 2017.

FISCHER. R. **A construção do modelo competitivo de gestão de pessoas no Brasil**: um estudo sobre as empresas consideradas exemplares. [Tese]. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo: FEA-USP, 1998.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FREITAS, Mariana Machitte de. As políticas públicas de economia solidária no governo federal: (2003-2010). Campinas/SP: 2012. 884p.

FREITAS JR, D. B. F.; ARAÚJO, P. G. de; NARCISO, E. R. P. Desemprego e Políticas Públicas em Âmbito Municipal no Brasil: Produção Científica e Tendências

Teóricas. Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD. 2010, Vitória – ES. **Anais...** Vitória, EnAPG, 2010, CD ROM.

FUNDAÇÃO Dinarco Reis. **A primeira Internacional**. (2016). Disponível em <https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=405:a-primeira-internacional&catid=2:artigos>. Acesso em 26 agos 2017.

GAIGER, Luiz Inácio G. **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GARCIA, Marcílio Ronaldo. A Economia Solidária e a Efetivação do Direito ao Trabalho Associado. **I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos**. Londrina/PR. 2015.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. [Dissertação]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2004. 287f.

_____.; SCHNEIDER, Sergio. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural** 2013;51(1).

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GIANELLA, Alicia. **Introducción a la epistemología y a la metodología de las ciencias**. 2000.

GUIVANT, Júlia S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. 1997;14(3):411-446.

HECHT, Susana. B. La Evolución del pensamiento agroecológico. In: Agroecologia y Desarrollo. **Revista del CLADES**, año I, nº I, p. 02-15, marzo 1991.

HISING, Ederson. Desemprego no Paraná fica em 8,3% em 2017 e atinge 495 mil pessoas, aponta pesquisa. (2017). **Globo.com**. Disponível em <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/desemprego-no-parana-fica-em-83-em-2017-e-atinge-495-mil-pessoas-aponta-pesquisa.ghtml>>. Acesso em 30 abr 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População**. (2017). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>>. Acesso em 21 dez 2017.

JST. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. São Paulo. 1987;68(VI).

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KLEBA, John B. Cooperação agrícola e coletivismo em assentamentos de reforma agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, vol. 4, nº 3, p.132-139, set/dez, 1994.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. 2002;3(1):36-51.

LAMGE, C. M. A **Construção de conhecimentos em espaços de economia popular solidária (o sentido pedagógico do Projeto Esperança/Cooesperança)**. Ijuí/RS: Pallotti, 2009.

LIVRO Sobre as padarias comunitárias do paraná será lançado neste sábado. (2016). **Cefúria**. Disponível em <<http://www.cefuria.org.br/2016/06/17/livro-sobre-as-padarias-comunitarias-do-parana-sera-lancado-neste-sabado/>>. Acesso em 27 dez 2017.

LONG, N.; PLOEG, van der J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. **Rethinking social development: theory, research and practice**. Longman/England, 1994, p. 62-90.

LUZ FILHO, Fábio. **Teoria e prática das sociedades cooperativas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1961. 563p.

MACHADO, Ubirajara. Programa Mais Alimentos financia 40% dos tratores do país. **Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário**. (2017). Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/programa-mais-alimentos-financia-40-dos-tratores-do-pa%C3%ADs>>. Acesso em 27 dez 2017.

MANCE, Euclides André. O Papel Estratégico do Movimento Popular para a Democracia Popular - o aprendizado dos anos 80 e 90. **IFiL**, Curitiba, 08/2007.

MANUAL Operacional do Proinf 2014. Ação orçamentária de apoio a infraestrutura em territórios rurais. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial Departamento de Inclusão Produtiva. Brasília/DF. 2014. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Manual_Proinf_2014_4-de_junho_FINAL.pdf>. Acesso em 30 dez 2017.

MELLO, Janine. A inclusão produtiva rural no bBrasil sem miséria: o desafio da superação da pobreza no campo. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015. 160p.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAIS, Clodomir S. Elementos sobre a teoria da organização no campo. **Caderno de Formação**. n. 11. São Paulo: MST, 1986.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MUSSKOPF, Eri Eloar. **Cooperativismo: uma proposta de ressurgimento histórico – ideológico**. [Dissertação]. Faculdade de Direito da UNISINOS, São Leopoldo. 1999. 257p.

NAVARRO, Zander. O MST e a canonização da ação coletiva (comentário ao artigo de Horácio Martins Carvalho). In: SANTOS, Boaventura S. (Org). **Produzir para viver**. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NEVES, Ângela Vieira. Espaço público e política: um diálogo inicial com Hannah Arendt e seu impacto na constituição de espaços públicos participativos no Brasil. In: **O social em questão**. Departamento de Serviço Social/PUC. Rio de Janeiro: PUC, 2006;16(16):119-138.

NORDER, Luiz A. C. **Políticas de assentamento e localidade**: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil. [Tese]. Ciências Sociais. Universidade de Wageningen, Wageningen, 2004.

NOZAKI, William. **A revolta às avessas**: os ricos indignados no Brasil. 2015.

OS PRINCÍPIOS da Aliança Cooperativa Internacional (ACI). **Organização das Nações Unidas para a Educação e Ciência e a Cultura**. Escolas Associadas da UNESCO. Disponível em <http://www.peaunesco-sp.com.br/ano_inter/ano_cooperativa/os_principios_da_alianca_cooperativa_internacional.pdf>. Acesso em 21 dez 2017.

OLIVEIRA, José Aparecido de; BEATRIZ, Marilene Zazula. Fortalecimento do Fórum Municipal de Economia Solidária: um estudo de caso. **PsicolArgum**. 2015 jan./mar., 33(80), 242-254.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. **Cooperativismo**: guia prático. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1979, 273p.

PACHECO, Luci Mary Duso; GRABOWSKI, Ana Paula Noro. **A pedagogia da alternância e o enfrentamento das situações problemas no meio rural**: limites e possibilidades. (2010). Disponível em <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0291.pdf>>. Acesso em 9 fev 2018.

PARANÁ ultrapassa Rio Grande do Sul em número de habitantes, diz instituto. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/parana-ultrapassa-rio-grande-do-sul-em-numero-de-habitantes-diz-instituto.ghtml>>. Acesso em: 11 ago 2017.

_____. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. **Projeto de lei nº 017/2007**, instituí a Política Estadual de Fomento à Economia Popular no Estado do Paraná - PEFEPS, que tem por diretriz promover a Economia Popular Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas, de forma a integrá-los no mercado e a tornar suas atividades auto-sustentáveis, por meio de programas, projetos, parcerias com a iniciativa privada, convênios e outras formas admitidas em lei.

1º PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (2015-2019) **Glossário**. (2018). Disponível em <<http://www.rededegestoresecosol.org.br/wp->

content/uploads/2016/09/GLOSS%C3%81RIO-1%C2%BA-PLANO-NACIONAL-ECOSOL.pdf >. Acesso em 1 mai 2018.

Padaria comunitária: você já ouviu falar na iniciativa? **Perfecta**. Disponível em <<http://perfecta.itwfeg.com.br/blog/padaria-comunitaria/p/>>. Acesso em 1 maio 2018.

PEREIRA, José Roberto. Cooperativas Agroindustriais e pequenos produtores: velhos dilemas e novos contextos. In: BRAGA, Marcelo José; REIS, Brício dos Santos (Org). **Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias**. Viçosa: UFV/DER, 2002. p. 119-139.

PINHO, Diva Benevides. **Que é cooperativismo**. Coleção Buriti. São Paulo. 1966.

_____. **O cooperativismo no Brasil desenvolvido e no Brasil subdesenvolvido**. São Paulo: USP, 1965. 79p.

POCHMANN, Marcio. Estrutura de classe do capitalismo industrial em transição. (2013). **Estrutura de classes no Brasil contemporâneo**. Apostila. Fundação Perseu Abramo. 2016.

PROGRAMA paranaense de economia solidária. PPES/2007/SETP. Governo do Paraná.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDE**. (2017). Disponível em <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>. Acesso em 27 dez 2017.

PORTARIA define mudanças para o Pronaf Mais Alimentos. **Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário**. (2017). Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/portaria-define-mudan%C3%A7as-para-o-pronaf-mais-alimentos>>. Acesso em 27 dez 2017.

RELATÓRIO de Conferências Estaduais de Economia Solidária Preparatória da III CONAES. Estado do Paraná, jun./2014.

RIBEIRO, Lourença Santiago; RAZZOLINI FILHO, Edelvino. A disseminação da informação como condição para criação do conhecimento em empreendimentos de economia solidária. GT 4: Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações Modalidade de apresentação. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação**. Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010.

REZENDE, Gervásio Castro de. Programa de crédito especial para reforma agrária (PROCERA): institucionalidade, subsídio e eficácia. **Revista de Economia Política**. 2001;21(3):83. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em <<http://www.rep.org.br/pdf/84-7.pdf>>. Acesso em 1 mai 2018.

SANTOS, Tales. **Ligas camponesas e a reforma agrária**. (2016). Disponível em <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/as-ligas-camponesas.htm>>. Acesso em 28 ago 2017.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola; Centro João XXIII, 1993.

SILVA, Antonio Fernando Gouvêa. **A busca do tema gerador na práxis da educação popular**. Curitiba: Gráfica Popular, 2007. 208p.

SILVA, Camila Pinto da. Responsabilidade social: programa de reprodução ou emancipação social? **Vitrine da Conjuntura**. Curitiba. 2009; 2(4).

SIMÃO, Gustavo Leonardo; SILVA, Edson Arlindo; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. Grau de cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto aos agricultores familiares do estado de Minas Gerais. **Rev. Econ. Sociol. Rural**. 2014; 52(3).

SINGER, Paul. Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Mercado de Trabalho**. 2014; 56. Disponível em <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56_econ02_dez_anos.pdf>. Acesso em 23 dez 2017.

_____. Políticas públicas da secretaria nacional de economia solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. **Mercado de Trabalho**. 2009. Disponível em <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/06_ES_1Paul.pdf>. Acesso em 26 dez 2017.

_____. A economia solidária no governo federal. **IPEA mercado de trabalho**. 2004; 24. Disponível em <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24c.pdf>. Acesso em 23 dez 2017.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. SANTOS, B. S. (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Políticas públicas de economia solidária no Brasil Conquistas de direitos e desafios institucionais. **Unitrabalho**. 2016; 1(1). Disponível em <http://www.unitrabalho.org.br/wp-content/uploads/2017/04/revista_23_04_17.pdf>. Acesso em 12 nov 2017.

_____; BERTUCCI, Ademar de Andrade. **20 anos de economia popular solidária**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

SINTRASCOOPA. **Projeto do MTb ajuda população em situação de rua de Curitiba**. (2017). Disponível em <<http://sintrascoopa.com.br/artigo/projeto-do-mtb-ajuda-populacao-em-situacao-de-rua-de-curitiba>>. Acesso em 28 dez 2017.

SISTEMA MRC Viário. **Diretrizes de gestão para o sistema viário metropolitano.** COMEC/SEPL. Curitiba, 29 novembro de 2016.

SOBREVIVENDO na crise. Treze milhões de brasileiros enfrentam o pesadelo do desemprego, um dos reflexos da pior recessão desde 1948. **Folha de Londrina.** (2017). Disponível em <<https://www.folhadelondrina.com.br/reportagem/sobrevivendo-na-crise-972151.html>>. Acesso em 30 abr 2018.

SOUZA, A. R. de. **Igreja, política e economia solidária: dilemas entre a caridade, a autogestão e a teocracia.** 2006. 205f. [Tese]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SOUZA, Ana Inês; LANGER, André; BEZ, Antonio Carlos; NASCIMENTO, Cláudio; CARNEIRO, Gisele; RAMOS, Luzia do Rocio Pires; ADAMS, Telmo. **Escola de Formação Básica Multiplicadora da Economia Popular Solidária: história social do trabalho.** Curitiba: LF Editora CEFURIA, 2012.

SOUZA, P. M.; FORNAZIER, A.; GOMES NEY, M.; COSTA MATA, H. T. Análise da evolução do valor dos financiamentos do Pronaf Crédito, no período de 1999 a 2010: as mudanças no número, no valor médio e na localização geográfica dos contratos. 49º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural. **Anais...** Belo Horizonte/MG, 18p., julho de 2011.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** 2001; 2(1): 35-45.

STÉDILE, João P.; FERNANDES, Bernardo M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

SILVA, Sandro Pereira; NAGEN, Fernanda Abreu. A economia solidaria no Estado do paraná: limites e potencialidades das formas associativas. (2011). **Revista de Extensão e Estudos Rurais.** 2001;1(1):209-238.

SILVA, Sandro. P. A. **Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil.** Texto para Discussão, n. 2271. Brasília: Ipea, 2017.

TAULE, José Ricardo; FARIA, Luiz Augusto e. Mudança em Tempos de Globalização: o capitalismo não é mais progressista? **Revista de Economia Política.** 2005; 25(3).

TELLES, Vera Silva. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN Ilse e KRISCHKE Paulo. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

THOMPSON. Prefácio formação da classe operária inglesa. **Estrutura de classes no Brasil contemporâneo.** Apostila. Fundação Perseu Abramo. Maio 2016.

TRIGO, Rosa Amália Espejo. **Cefuria militância e paixão**: um estudo sobre a processualidade do sujeito político em contexto de formação. [Tese]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo/SP, 2007.

VERAS, Melissa M. **Agroecologia em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul**: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática. [Dissertação]. Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

ZANCHET, Maria Salete. Características dos empreendimentos de economia solidária no Paraná. **Análise Conjuntural**. 2008;30:9-10. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/>>. Acesso em 21 dez 2017.